



# Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1995

ANO XLII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**Atos da Presidência:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte:

**RESOLUÇÃO N° 001/96**

**SÚMULA:** Institui o Prêmio Dia Internacional da Mulher Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme específica.

**DATA:** 11 de março de 1996.

Art. 1° - Fica instituído o Prêmio Dia Internacional da Mulher Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que será outorgado anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado, aos profissionais e ou instituições que desenvolverem ou realizarem projetos, pesquisas, serviços, publicações ou emissões de caráter jornalístico e publicitário, ou que promovam atividades de reconhecida importância relativas à promoção da mulher.

Art. 2° - Para os efeitos desta Resolução, consideram-se temas relacionados à mulher aqueles que versarem sobre:

- I - A cidadania feminina e seu efetivo exercício;
- II - a história, a cultura e os valores que determinam a condição da mulher;
- III - temas científicos que levem em conta a busca do reconhecimento da igualdade biológica e intelectual entre homens e mulheres, resguardadas as diferenças próprias de cada gênero;
- IV - o papel e a condição da mulher no mercado de trabalho, na família e na sociedade;
- V - a produção artística e cultural da mulher e sobre a mulher.

Art. 3° - O prêmio será concedido mediante proposição de qualquer Deputado com assento nesta Casa Legislativa, de acordo com os procedimentos desta Resolução.

Art. 4° - A Mesa Executiva nomeará, por sugestão dos Deputados, Comissão Julgadora, presidida por um parlamentar, constituída de 07 (sete) pessoas, de notório saber, que analisará os projetos, pesquisas, serviços, publicações ou emissões e entregará a Mesa Executiva o resultado de sua avaliação.

Art. 5° - Concorrerão os candidatos que se inscreverem até a data de 10 de fevereiro de cada ano ou sejam indicados pelos Deputados também até esta data, nas Categorias de:

I - Projetos e pesquisas, entendendo-se toda a prospecção de caráter técnico e científico sobre assuntos vinculados à mulher, bem como ações concretas cujo objetivo seja a busca da compreensão da problemática feminina em suas diversas expressões, inclusive no campo da arte e da cultura;

II - Serviços, entendendo-se as iniciativas, de caráter inovador, que sirvam de combate às formas inibidoras na plena cidadania da mulher e estimulem seu exercício, elevação da auto-estima e valorização social;

III - Publicações ou emissões, de caráter jornalísticos e publicitário, entendendo-se as atividades da área da comunicação, que utilizem as diversas mídias existentes, que tenham como objetivo a denúncia da subalternidade feminina e o combate às visões distorcidas sobre o papel na sociedade contemporânea.

Art. 6° - De posse dos resultados do julgamento realizado pela Comissão, a Mesa Executiva da Casa procederá a outorga em dia e data a serem designados, no prazo de 07 (sete) dias antecedentes ou sucedâneos da data de 08 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, em Sessão Especial.

§ 1° - Para a reeferida sessão deverão ser expedidos convites e realizada ampla divulgação, de forma a dar publicidade ao Prêmio Dia Internacional da Mulher Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para todos os segmentos sociais, organizados, quais sejam partidos políticos, sindicatos, entidades feministas, instituições públicas e privadas, meios de comunicação.

§ 2° - Os vencedores de cada Categoria receberão Diploma ao Mérito da Assembléia Legislativa com todas as formalidades legais e um Troféu especialmente orlado.

Art. 7° - Fica a Comissão Executiva autorizada a tomar as medidas necessárias, bem como solucionar possíveis dúvidas para a execução da presente Resolução.

Art. 8° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 11.03.96

**RESOLUÇÃO N° 002/96**

**SÚMULA:** Cria Comissão Permanente na estrutura institucional da Assembléia Legislativa do Estado.

**DATA:** 27 de março de 1996.

Art. 1° - Fica criada a Comissão para Assuntos do MERCOSUL, na estrutura institucional da Assembléia Legislativa do Es-

tado do Paraná, com as atribuições definidas nesta Resolução.

Art. 2º - O art. 33, da Resolução nº 159/90 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado - fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

"Art. 33 - ...

§ ... - A Comissão para Assuntos do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL".

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas, as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.03.96

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/96

SÚMULA: Aprova o nome do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

DATA: 28 de março de 1996.

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para ocupar o cargo de Procurador-geral de Justiça, com mandato de dois (02) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto pelo art. 116, da Constituição do Estado e, ainda o estabelecido pela Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1.990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.03.96

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beiraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edro Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo

Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rery Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossom e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registramos em nossas galerias a presença do Deputado Jocelito Canto, acompanhado pelo Presidente do PSDB, ilustre líder ferroviário, companheiro Nelson Kirlian, que muito nos honra com a sua presença.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 294/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, item 03 da Ordem do Dia de hoje por 03 Sessões.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 862**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez Sessões do item 01, 2ª discussão, do Projeto de Lei n° 57/95, de autoria do Deputado Péricles Mello e outros, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (09/04).

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 863**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por cinco Sessões do item 02, 2ª discussão do Projeto de Lei n° 148/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (09/04).

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 875**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja expedido diploma de reconhecimento e louvor desta Casa de Leis ao Centro de Trabalho Social e Atendimento ao Idoso de Londrina - CENTRASIL.

A entidade, através de seus dirigentes e funcionários, tem prestado extraordinário serviço de atendimento aos idosos de ambos os sexos, principalmente os oriundos de famílias mais pobres, onde lá encontram o amparo, atenção e amor que nem sempre têm em seu próprio lar.

Trata-se de uma entidade do maior alcance social e que merece o aplauso e o registro para a história, cujo exemplo deve servir de modelo para as gerações futuras.

Requeiro que a deliberação dos Parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa seja encaminhada à Senhora Ligia Moreira de Souza (Presidente), à rua Vitória, n° 71, Jardim Country Club, Londrina - PR, CEP 86.020-140.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) ANTONIO BELINATTI

**REQUERIMENTO N° 890**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 29/02/96, da Senhora Joana Nathalia da Silva.

Pessoa de muitas amizades, que muito

contribuiu para o desenvolvimento da sociedade ponta-grossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-la enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Doutor Collares, 828 - Centro - Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 891**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 26/02/96, do Senhor Adão Buss.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sociedade ponta-grossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Júlia Lopes, 633 - São José - Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 893**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 29/02/96, do Senhor Kesako Shishido.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sociedade ponta-grossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Aldo Vergani, 851 - Jardim Europa - Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 894**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 12/02/96, do Senhor Dalci Francisco Lopes Andrade.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da sociedade ponta-grossense, deixando familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada,

à Rua Bituruna, 382 - Vila Princesa - Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvir o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família de Sebastião de Lima, músico e poeta carioca radicado no Paraná, falecido no dia 31 de março de 1996, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Sebastião Lima, filho de João Pereira Lima e Castorina Lima, nascido na Cidade de Miraf - Minas Gerais (terra de Ataulfo Alves), em 30 de maio de 1918, viveu parte de sua infância na Cidade de Ubá, no mesmo Estado. Falecido em 31 de março de 1996.

Jovem mudou-se para a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde conheceu e casou com Maria Gonçalves Lima. Do casamento, tiveram dois filhos, Vera Lucia Gonçalves Lima Rodrigues e Sérgio Gonçalves Lima (ambos professores).

Militar, Músico da Aeronáutica, foi para a reserva no posto de 2° Tenente Maestro Regente. Ainda na ativa, veio para Curitiba - PR no ano de 1957.

Maestro, poeta, compositor, trouxe consigo para a "Cidade Sorriso" sua experiência vivida no meio artístico do Rio de Janeiro, na convivência com grandes nomes de nossa música, como Carlos Galhardo, Bob Nelson (que dele gravou entre outras, música intitulada "Eu tiro o leite", grande sucesso da época), Dirceinha Batista, Nelson Gonçalves, Ari Barroso, Orestes Barbosa e outros.

Em Curitiba, produziu e comandou nos idos de 1958/1960, dois programas de rádio de auditório: Tudo é música e Carrossel de atrações, atuando nas rádios PRE2 e Marumbi.

Autor de vários hinos de cidades do Estado do Paraná, tais como Faxinal, Piraí do Sul, Umuarama, Rolândia, Quinta do Sol, Ibatí, Moreira Sales, Tocantins, Cianorte, Paranaipoema, Dr. Ulisses, etc. Do Estado de Minas Gerais: São Gonçalo do Pará, Pitangui, entre outras.

Compositor de hino de vários clubes de futebol de nosso Estado, destacando-se entre eles o do Paraná Esporte Clube, time do qual era torcedor.

Assim, requeremos aos nobres pares desta Casa de Leis, a aprovação do mesmo.

Requeremos ainda, que a família enlutada tome conhecimento deste requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Lima, ocorrido dia 31 de março último, em nossa Capital.

O extinto deixa viúva a Sra. Maria Gonçalves Lima e os filhos Verã Lúcia Lima Rodrigues e Sérgio Gonçalves Lima.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada: Rua Poeta Francisco Ferreira Leite, n° 10, apto. 212, Cristo Rei - CEP: 80.050-330.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Sebastião Lima, natural de Miraf, Minas Gerais, onde nasceu em 30 de maio de 1918, veio para Curitiba no ano de 1957, aqui vivendo os últimos 39 anos de sua existência.

Músico regente da Banda da Aeronáutica, Sebastião Lima era Tenente da Reserva.

Pessoa de grande círculo de amizades, dedicou-se nestes últimos anos à profissão de compositor e empresário, com trabalhos de gravações de músicas, propagandas e mensagens publicitárias.

É autor de mais de 200 hinos para prefeituras municipais do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, além de hinos para clube de futebol.

Os hinos de um grande número de municípios do Paraná, são de autoria de Sebastião Lima.

Sebastião Lima é o autor também dos hinos do Curitiba e do Paraná Clube, sendo também Conselheiro do Paraná Clube.

Pelo excelente relacionamento que sempre manteve com a classe política e em especial com este Poder, é justo que receba essa homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná, através deste voto de profundo pesar à sua família enlutada.

#### REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Doutor José Roberto Jordão, alusivos à elucidação do crime "Fabiane Pasquarelli".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brigadeiro Franco n° 3.534, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 880**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Doutor Toleb Baleche Barbosa, alusivos à elucidação do crime "Fabiane Pasquareli".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Barão do Rio Branco, n° 182, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 881**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, alusivos à elucidação do crime "Fabiane Pasquareli".

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Deputado Mário de Barros, n° 1.290, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 882**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Cônsul da República do Senegal, Doutor Ozeil Moura dos Santos, alusivos à Data Nacional do Senegal e a instalação do Instituto de Integração Social, Cultural e Comercial Afro-Brasileiro, realizada no dia 4 próximo passado, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Doutor Corrêa Coelho n° 280, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 883**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Tércio Alves de Albuquerque, alusivos à posse no cargo de Delegado Regional do

Trabalho, ocorrida na data de hoje, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Vicente Machado n° 362, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 884**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Rural do Paraná, alusivos à realização da 36ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, 30ª Nacional e 4ª Internacional, no período de 6 à 21 de abril do corrente, no Município de Londrina-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Sociedade, Senhor José Carlos Tiburcio, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Tiradentes n° 6275, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 885**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações ao Professor Paulo Agostinho Aléssio, pela sua ascensão ao cargo de Diretor-Geral do Centro de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, ocorrido em 26 de março próximo passado.

Ao Professor Paulo Agostinho Aléssio, nossos sinceros cumprimentos, augurando-lhe votos de muitas realizações junto a esse importante centro educacional, merecedor da nossa confiança pelos relevantes serviços prestados à comunidade estudantil de nosso Estado.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 886**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de congratulações à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná - ARFOC, pelo 30º Aniversário de sua fundação.

Na figura de seu Presidente, o Senhor Irany Carlos Magno, nossos sinceros cum-



primentos pela comemoração desses trinta anos de relevantes serviços nas áreas fotográfica e cinematográfica dedicados ao nosso Estado.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações ao novo Conselho Diretor da Sociedade Morgenau, que tomou posse no dia 27 de março próximo passado.

Nas figuras de seu Presidente, Mauro Reguta e vice-Presidente, Erasmo de Souza, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto à Sociedade Morgenau.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Senhor Onorino Bussolaro, Presidente da União das Associações de Moradores de Pato Branco, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo frente à entidade, beneficiando com suas atividades toda comunidade do Município de Pato Branco.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Onorino Bussolaro, residente em Pato Branco, onde trabalha e milita no movimento comunitário, pelo seu desempenho e dedicação foi eleito Presidente da União das Associações de Moradores, entidade que coordena no município as atividades das Associações de Moradores, nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e organização das entidades de moradores, entre outras atividades sociais, como torneios esportivos e baile da rainha dos bairros, evento este que mobiliza toda a cidade e já tornou-se tradicional.

Por sua dedicação na luta em defesa do Sistema Único de Saúde - SUS, Onorino Bussolaro, foi eleito Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, na II Conferência Estadual de Saúde, representando as Associações de Moradores, através da

FAMOPAR - Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, desde então vem participando de todas as atividades do CES representando os usuários do SUS, com a mesma dedicação e empenho que milita em sua comunidade.

Pela contribuição que vem prestando à cidadania dos patobranquenses, na busca da qualidade de vida, entendemos ser o Senhor Onorino Bussolaro merecedor de homenagem desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, um voto de congratulações ao Hospital Vita, pelo início de suas atividades em Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Localizado às margens da BR-116, numa área construída de 25 mil metros quadrados, em privilegiadas instalações, o Hospital Vita recentemente iniciou suas atividades em Curitiba como um dos mais modernos do País.

Contando inicialmente com 146 leitos e 400 funcionários, o hospital tem um corpo clínico de 200 médicos credenciados ou contratados e pretende atingir a meta final de 500 profissionais.

O Hospital Vita já está adotando um dos mais modernos sistemas de controle de infecção hospitalar do Brasil, com a consultoria do médico Roberto Badaró, cientista brasileiro com maior volume de trabalhos na área.

Todo esse investimento e planejamento terá como consequência a melhor qualidade possível nos serviços hospitalares prestados por aquele estabelecimento de saúde à população paranaense, alcançando padrões invejáveis de primeiro mundo.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder aos proprietários, diretores, médicos e funcionários que concorrem com seu trabalho para a excelência nas atividades do Hospital Vita, em nossa Capital.

#### REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pela passagem de seus 117 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo

Senhor José Ferreira de Almeida, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Senhor Alcides Goldoni; bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população palmen- se.

Sala das Sessões, em 09.03.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Queremos, na significativa data de 14 de abril, parabenizar toda a população de Palmas que vê transcorrer mais um aniversário de emancipação política.

Ao comemorar 117 anos, Palmas continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, caminhando sempre a passos largos em direção ao desenvolvimento, ao progresso, rumo ao objetivo maior que é o de proporcionar cada vez mais, melhores condições de vida ao povo palmeno.

É através do trabalho diuturno de seus administradores de todos os tempos, e a colaboração de toda a população que Palmas continua galgando importantes degraus rumo ao crescente desenvolvimento.

Palmas se consolidou como um dos principais polos de desenvolvimento da importante região sudoestina do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento à toda a população palmeno, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do município.

**REQUERIMENTO N° 906**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1º, III, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações à Senhora Márcia Mitsui I. Takamori, eleita Presidente do Conselho da Mulher Empresária da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí, cuja posse ocorreu no último dia 29, para a gestão 1996/1998.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações à Senhora Márcia Mitsui I. Takamori, eleita Presidente do Conselho da Mulher Empresária da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí, no último dia 10, cuja posse ocorreu em 29 de março, se faz necessária, posto que demonstra a importância que o Conselho da Mulher Empresária representa para a ACIAP, para nós, com a sua eleição.

O Conselho será muito bem representado pela Presidente, Senhora Márcia Mitsui I. Takamori, como foi na gestão anterior, na qual exercia a função de Diretora do Conselho da Mulher Empresária, que soube desempenhar com êxito, dedicação e trabalho, esse mister.

Empresária honesta, dedicada e participativa, assim é a Presidente do Conselho da Mulher Empresária da ACIAP.

Honra-nos tê-la à frente deste Conselho, na qual se discute, reivindica e defende as questões relacionadas com a Mulher Empresária do Município de Paranavaí.

Por isso, pedimos a inserção em Ata do Poder Legislativo Estadual, votos de congratulações pela eleição da Senhora Márcia Mitsui I. Takamori para a Presidência do Conselho da Mulher Empresária da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí, para a gestão 1996/1998.

**REQUERIMENTO N° 908**

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, respeitosamente vêm a presença de Vossa Excelência exporem, para no final reiterarem a solicitação dos Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, MOÇÃO DE APOIO a favor do Senhor Doutor Noel Muchinski da Mota, Delegado de Polícia Adjunto, junto a 13ª Subdivisão Policial do Município de Ponta Grossa, visando sua promoção ao cargo de Delegado de 2ª Classe, cuja lista de promoção encontra-se em suas mãos para deliberação e nomeação.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento: Luiz Accorsi, Marquinhos Alves, Algaci Túlio, Valdir Rossoni, João Techy, Remy Borsatto, Edgar Bueno, Nereu Moura, Sâmis da Silva, Edno Guimarães, José Tavares, Toti Colaço, Elio Rusch, Duílio Genari, Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Puppio, Irondi Pugliesi, Beto Richa, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, José Maria Ferreira, Péricles Mello, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Orlando Pessuti, Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur, Edson Silva Lino e Ricardo Chab.

**JUSTIFICATIVA:**

O indicado, Excelência, já por muitos anos vem exercendo suas funções de Delegado Adjunto, junto à 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa, como Delegado de 3ª Classe, sempre pautando sua conduta com correção e perfeita exatidão no cumprimento de seu dever, demonstrando habilidade e consciência para o exercício que lhe é atribuído. Razão pela qual, os signatários da presente moção de apoio, ora



reiterada pelos Deputados abaixo indicam o nome do mesmo, para ser agraciado com sua promoção através de Vossa Excelência.

Conhecer que somos de seu alto espírito de justiça que é portador Vossa Excelência, que cada vez mais se destaca como líder incontestado das ações administrativas do Estado, é que os componentes da Câmara Municipal de Ponta Grossa, e os Deputados abaixo-assinados sempre atentos permanentemente à vida da sociedade, bem como acompanhando a vida pública dos servidores policiais civis, que, sendo responsáveis pela segurança pública de nossa população, tomam a liberdade de indicar o nome acima nominado para ser promovido por Vossa Excelência, em razão de sua correção, honestidade, trabalho na sua função, como líder representante do quadro funcional da subdivisão policial mencionada, nada existindo que desabone sua conduta.

E assim sendo, que nos sentimos à vontade para indicar o nome do Senhor Dr. Noel Muchinski da Mota, para ser promovido por Vossa Excelência ao cargo de Delegado de 2.<sup>a</sup> Classe junto à Polícia Civil de nosso Estado.

Pelas razões acima, mais do que consta da xerox da moção de apoio dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, do Município de Ponta Grossa, é que desde já agradecemos suas providências na presente solicitação, na certeza do sucesso do mesmo.

#### REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Polícia Militar do Estado do Paraná, para ser ouvida com respeito ao Projeto de Lei n° 294/95, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei de Organização Básica da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Município de Sertaneja vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelen-

tíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Sertaneja uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Município de Sapopema vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Sapopema uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente.

O Município de Santa Cecília do Pavão vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Santa Cecília do Pavão uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Município de Santa Amélia vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Santa Amélia uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 868

Senhor Presidente.

O Município de Rancho Alegre vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Rancho Alegre uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Município de Nova Santa Bárbara vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Nova Santa Bárbara uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Município de Jataizinho vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Jataizinho uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Município de Cornélio Procopio vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Cornélio Procopio uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Município de Congonhas vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família,

crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Congoinhas uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Município de Bandeirantes vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Bandeirantes uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Município de Nova América da Colina vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Nova América da Colina uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Município de Assaí vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Assaí uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Município de Leopólis vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Leopólis uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Município de Uraí vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento à parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas.

Assim, tendo em vista os programas e projetos da Secretaria da Criança e Assuntos da Família voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiências, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelen-

tíssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Senhora Fani Lerner, solicitando da mesma providências no sentido de ceder ao Município de Uraí uma Kombi.

Sala das Sessões, em 09.04.96  
(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Francisco Alves.

O programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabeleireiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Delapria, Prefeito Municipal de Francisco Alves (Rua I. V. Boas, s/n - CEP 87570-000); e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.  
(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Xanbrê.

O programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através de cursos de informáti-

ca, datilografia, corte e costura, culinária, cabeleireiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xanbrê (Praça Des. A. F. Costa, 236 - CEP 87535-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.  
(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Digníssima Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a implantação do Programa "Linha do Ofício" no Município de Tapira.

O programa Linha do Ofício já implantado em Curitiba e estendido a outras cidades com resultados favoráveis, vem de encontro aos interesses do município, uma vez que beneficiará crianças e jovens de baixa renda, oferecendo-lhes capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, através de cursos de informática, datilografia, corte e costura, culinária, cabeleireiro, eletricitista, auxiliar de escritório e outros.

Ao oferecermos a possibilidade de um aprendizado profissional, onde as aulas são levadas diretamente às comunidades ou bairros através de ônibus reformados e transformados em salas de aula ambulantes, estamos contribuindo para o aumento da renda das famílias carentes do nosso Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Wilson Lucena, Prefeito Municipal de Tapira (Rua Paranaguá, s/n - CEP 87830-000); aos Vereadores Laura Gomes, José França Belarmino (Câmara Municipal de Tapira, Rua Paranaguá, 518 - CEP 87830-000); ao Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.  
(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Mui Digno Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 69.243,64 (sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais, sessenta e quatro centavos) para serem aplicados nas obras de galerias de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani III - Col. F., Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani III - Col. F, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 69.243,64.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Mui Digno Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 17.640,27 (dezessete mil, seiscentos e quarenta reais, vinte e sete centavos) para serem aplicados nas obras de galerias de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani III - Col. D, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080) e ao

Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Guarani III, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 17.640,27.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.

No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Mui Digno Secretário de Estado do Meio Ambiente, objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$ 262.379,81 (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais, oitenta e um centavos) para serem aplicados nas obras de galerias de águas pluviais no Conjunto Residencial Ouro Branco, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, anexo IV, gabinete 948 - Brasília - DF, CEP 70169-970).

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação de recursos financeiros para serem aplicados nas obras de galeria de águas pluviais no Conjunto Residencial Ouro Branco, com a estimativa de gastos no valor de R\$ 262.379,81.

O problema de erosão é facilmente detectado em Umuarama, pois o município localiza-se em região arenosa, cujo solo é composto de arenito caiua, de fácil desagregação e propício a qualquer tipo de erosão.



No conjunto residencial mencionado não há obras de combate à erosão, o que resulta em condições de alto teor de insalubridade e transtornos à população daquela localidade.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

#### REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, expondo sobre o movimento denominado Ação Empresarial e Trabalhadora (AET), do Município de Paranavai, mas que reflete a realidade de todo o Estado do Paraná e do Brasil, sobre a existência terminal por que atravessa o setor empresarial brasileiro.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Preocupa-nos sobremaneira, qual será o final do governo quando o setor empresarial estiver falido, sem a mínima condição de recolher os tributos, que é a única fonte de vida do governo - uma vez que a emissão de papel-moeda ou moeda-papel gera inflação estrutural.

As taxas de juros praticadas no mercado, estão literalmente incompatíveis com a realidade de mercado interno, e, as empresas - quase que na totalidade - que entraram no período de vigência do Plano Real endividada, perderam seu patrimônio construído ao longo de décadas, em menos de dois anos, em função da queda das vendas - população empobrecida e desempregada - redução de sua margem operacional, e, o mais grave, as insuportáveis taxas de juros.

O empresário que pretende implementar ou mesmo constituir um negócio, não há no programa de governo nenhum estímulo ao setor produtivo, seja qual for a atividade desejada.

É mister, urgente e premente que se tome medida eficaz para salvar o empresário brasileiro, que ainda respira, ainda há esperança.

A quebra generalizada de empresas comerciais, industriais e de bancos, não é fruto do acaso nem de má administração; é fruto de um plano que ainda não possui planejamento para a agricultura, comércio e indústria, que vem degenerando a economia, que caminha rumo às falências, quebradeiras, desemprego, a convulsão social e, por último, até a estabilidade do Governo, o que é lamentável.

Diante do quadro nitidamente desenhado na economia atual, sem dúvidas o Brasil

lamentavelmente caminha rapidamente para a falência generalizada das empresas nacionais, tanto as grandes quanto as pequenas, as quais a cada dia que passa fecham suas portas, impossibilitadas de quitarem seus tributos, de conseguirem novos recursos, os quais inexistem, e, quando surgem são extorsivos e incompatíveis com a nossa realidade, levando o nosso empresário ao desespero, angústia e asfixia financeira.

Entendemos que todo o mal tem seu período de convalescença e que toda a glória exige um determinado sacrifício, porém, o período de transição do Plano Real está a exigir da sociedade brasileira um sacrifício insuportável, que as consequências são irreversíveis, que a luta é inglória e que fatalmente não atingiremos o nosso desiderato, ou seja, a recuperação da nossa economia, permitindo ao nosso incansável empresário que sinta confiança e credibilidade no Governo, para poder respirar mais aliviado e gerar mais empregos dignos aos nossos trabalhadores, bem como conduzir o nosso País até uma posição de destaque, entre as maiores nações do mundo.

É profundamente lamentável, assustadora e alarmante que empresas de renome até internacional, tenha que dispensar seus funcionários e fecharem suas portas, por absoluta falta de condições de continuidade nas suas atividades, e são muitas.

A preocupação não deve ser, e certamente não é, só da classe empresarial, da classe trabalhadora que representa o sustentáculo desta Nação, mas do Governo, que também deve empunhar esta bandeira, lutar por um nível de vida digno e honrado, não permitir perdas aviltantes no seu poder aquisitivo, no seu poder de compra, e, nem permitir que os avanços no campo social até então conquistados, sejam inviabilizados doravante.

#### REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Governador Jaime Lerner, aos Senhores Secretários de Estado da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, e da Educação, Ramiro Wahrhaftig, encaminhando o presente expediente no sentido de que haja uma solução rápida e satisfatória do pessoal remanescente de enquadramento nos termos do art. 70, da Lei 10.219, de 21/12/92, mais comumente denominado "Pessoal do Fundão".

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

#### JUSTIFICATIVA:

Vários professores da rede pública estadual esperam decisão dos órgãos estaduais sobre enquadramento nos termos do



artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21/12/92, tidos como remanescentes do Fundão, como são cognominados.

Só da Região de Maringá, são vários os remanescentes: Ivete Passarelli Ribeiro (Prot. 2.220.589), Mara Lúcia Bernardi Gil (Prot. 2.323.731), Maria Inez Borghetti Galli (Prot. 2.639.615), Marta Rosana Gomes (Prot. 2.232.730), Rosângela Perin (Prot. 2.232.730) e Selma M. Rici Paduanello (Prot. 2.639.614).

#### REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1 - Quantos foram aprovados no concurso público de 1993 para a contratação de Agente Fiscal III?

2 - Quantos foram chamados?

3 - Qual a atual necessidade da Secretaria para atual função?

4 - Se tiver vagas, quando as mesmas serão preenchidas?

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 3º, II do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, de matéria, com título: Ação Empresarial e Trabalhadora - AET - Movimento pró-recuperação econômica e financeira da empresa e do trabalho, em anexo, datado de março de 1996.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão desta matéria veiculada pela Ação Empresarial e Trabalhadora - AET, Central Única dos Trabalhadores - CUT e Confederação Nacional dos Bancários - CNB, se faz necessária, pela preocupação com o crescente índice de desemprego com as demissões provocadas pela automação e pela dificuldade econômica por que passam as empresas em consequência da redução no consumo e pelos juros alto do sistema financeiro, provocando a inadimplência e fechamento nas pequenas e micro-empresas.

Por isso, pedimos a inserção nos Anais do Poder Legislativo Estadual, desta matéria, que revela a preocupação com o nível de desemprego.

Projetos de lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 117/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio à Pastoral da Criança - AMAPAC, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) EMERSON NERONE

#### PROJETO DE LEI Nº 118/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, o imóvel constituído pelas datas urbanas de terras nº 05 a 14, da quadra 43, da planta do loteamento desta cidade, com área superficial de 4.000 m², pertencente ao Estado do Paraná, conforme matrícula nº 686 do CRI de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição reveste-se de caráter imprescindível, tendo em vista que o imóvel objeto da doação era utilizado como sede para a Escola Estadual Fernando de Azevedo, sendo certo que a mesma funciona atualmente em outro local, estando o mencionado imóvel sendo ocupado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Salienta-se outrossim, que a APAE atende não somente crianças do município como também de toda a região, e, ainda, existe um projeto para que o local seja implantado o Centro Comunitário Florinda Bruno.

Diante de tudo acima exposto é que se espera a aprovação do presente projeto de lei por nossos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 119/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Izabel, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 120/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ivaíma, Ensino de Primeiro Grau, com sede no Distrito de Ivaíma, Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Estadual de Ivaíma, Ensino de Primeiro Grau, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede no Distrito de Ivaíma, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, (declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei n° 035/95).

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar; integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública.

Tendo em vista os motivos supracitados

contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 121/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover alteração no caput do art. 51, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS), ficando o artigo com a seguinte redação:

"Art. 51 - A multa prevista no item I do § 1º, do art. 66, será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais.

a) No 1º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento para 1% (um por cento) do valor do imposto pago.

b) Do 2º ao 15º dias contados da data indicada na letra anterior, para 3% (três por cento).

c) Do 16º ao 30º dias contados da data indicada na letra "a", para 5% (cinco por cento) do imposto pago.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar a nossa realidade econômica, ou seja estabilidade do Plano Econômico Real.

A Lei n° 8.933/89, quando elaborada, visava garantir a arrecadação do Estado de acordo com a inflação financeira daquele momento; exigia que os percentuais das multas acompanhassem os juros cobrados sob pena do executivo sofrer quedas violentas na sua arrecadação tributária.

Após a implantação do plano econômico do Governo Federal, o plano real, a inflação baixou para 1,6% ao mês.

Porém as multas por atraso e os juros cobrados pelo Estado, permaneceram de acordo com as altas inflações e juros com correções leoninas para o mercado.

Frete ao exposto, entendo ser necessária reformulação urgente nos percentuais estipulados na Lei 9.884.

PROJETO DE LEI N° 122/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam os postos revendedores de combustível no varejo de todo o Estado do Paraná obrigados a afixar, em locais visíveis e de fácil leitura - abaixo do logotipo de identificação e em suas principais entradas, os preços dos combustíveis cobrados pelo estabelecimento.

Art. 2º - Ficam os postos revendedores de combustível no varejo de todo o Estado do Paraná obrigados a terem reservatório e bomba próprios para o fornecimento de gasolina comum.

Parágrafo Único - Na falta de gasolina comum, o estabelecimento deverá cobrar pela gasolina aditivada o mesmo preço da gasolina comum.

Art. 3º - A fiscalização do disposto nesta lei, será exercida pelo PROCON, SUNAB ou outros órgãos fiscalizadores afins.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Com o anúncio da liberação do preço dos combustíveis, o Governo Federal esperava um reajuste na bomba, na ordem de 9% (nove por cento) a 10% (dez por cento), mas a conduta de alguns postos de combustíveis foi desastrosa e abusiva, passando a majorar os preços em até 30% (trinta por cento).

Não se pode acusar a equipe econômica do Governo Federal de não buscar uma solução para ressuscitar o PROÁLCOOL e amenizar os problemas de caixa da PETROBRÁS. Mas o voto de credibilidade concedido à classe empresarial não foi respeitado - os donos dos postos de combustível estão perdendo uma grande chance de participar de um processo democrático, que estimula a competição saudável. O principal prejudicado desse jogo de interesses é, mais uma vez, o consumidor. Além de pagar mais caro pelo combustível, com variações de preços que variam de postos para postos, proprietários de veículos estão se deparando com outro atentado aos direitos do consumidor: alguns postos estão vendendo apenas gasolina aditivada, elevando ainda mais o custo do combustível para o consumidor.

A conduta inaceitável de alguns empresários começa a acarretar um efeito cascata na economia e se neste momento não houver uma concorrência honesta no setor de revendedores de combustíveis, a sociedade como um todo e até o Plano Real serão prejudicados.

O retorno do tabelamento dos preços seria um retrocesso para a economia brasileira, mais ainda é possível investir em medidas eficazes que podem amenizar e até mesmo resolver a situação.

A proposta de fixação dos preços dos combustíveis em locais visíveis nas entradas dos postos é uma das alternativas para combater os abusos. Antes mesmo do consumidor entrar num posto de combustíveis para abastecer o veículo, terá acesso aos

preços e produtos disponíveis.

Outra medida que deve ser colocada em prática é a obrigatoriedade da venda de gasolina comum nos postos.

Estas medidas, serão aliadas na defesa dos direitos do consumidor, contribuindo até para desenvolver, no setor de combustíveis, a cultura da concorrência. Os donos dos postos passarão a acompanhar melhor o preço que o concorrente está praticando, o que poderá ajudar na queda do preço do litro do combustível.

PROJETO DE LEI Nº 123/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Informática para Deficientes Visuais "Professor Hermann Görgen", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 12 de fevereiro de 1990, com sede e foro nesta Capital, o Centro de Informática para Deficientes Visuais "Professor Hermann Görgen", é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob nº 6.431, livro "A-4", junto ao Cartório do Registro de Títulos e Documentos do 2º Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

O Centro é constituído com a finalidade de cooperar, quanto possível, com outras entidades filantrópicas, promover e prestigiar todos os trabalhos idôneos congêneres, procurando manter com elas as melhores relações, além de desempenhar outras tarefas elencadas no Capítulo II do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de utilidade pública, sendo importante destacar o mérito do Centro para tal reconhecimento, decorrente da seriedade do trabalho dirigido à profissionalização de deficientes visuais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão. É lida e Aprovada a Ata.

Registramos em nossas galerias a presença do Deputado Jocelito Canto acompanhado pelo Presidente do PSDB, o ilustre líder ferroviário, o companheiro Nelson Kirian, que muito nos honra com a sua pre-

sença.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - ... Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ocupo a tribuna hoje para fazer um registro, registro de posse do novo Delegado Regional do Ministério do Trabalho. Para nossa honra e nossa felicidade assistimos e prestigiamos a posse do Iguaqueense, para ocupar esse importante cargo, nesse importante órgão federal, com atuação do Estado do Paraná, de Delegado Regional do Ministério do Trabalho, na pessoa do ex-Vereador por Foz do Iguaçu, ex-Deputado Estadual por dois mandatos, ex-Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional e Diretor Administrativo, ex-Diretor da Eletrosul, o companheiro Tércio Alves de Albuquerque.

A solenidade, que diga-se de passagem foi muito prestigiada por autoridades de todo o Estado do Paraná, e até mesmo de Brasília, entre elas o Presidente Nacional da ECT, Empresa de Correios e Telégrafos, qual solenidade prestigiada pelos Deputados Federais, Ricardo Barros, Renato Johnson; pelos Deputados Estaduais, Duílio Genari, Samis da Silva, o Deputado Neivo Beraldin; pelos Secretários de Estado, Reinhold Stephanes Junior, e o Secretário de Trabalho do Estado do Paraná, Joni Varisco; pelo ex-Governador Álvaro Dias; pelo Presidente Regional do PT, Jorge Samek; pelo ex-Delegado do Ministério do Trabalho, durante um longo período, Gen. Adalberto Mass; por Sindicalistas de todo o Estado do Paraná. E faço aqui uma menção aos Sindicalistas de Foz do Iguaçu, através do Presidente da Inter-Sindical, Ricardo Mucelin, do José Rui Alexandre, Presidente do Sindicato dos Urbanitários, do Altamiro dos Santos, do Sindicato dos Rodoviários de Foz do Iguaçu, entre tantas outras autoridades, Prefeito de Foz, enfim uma solenidade muito concorrida para prestigiar a posse desse Iguaqueense à frente desse cargo.

Quero nessa oportunidade, desejar ao Tércio de Albuquerque sucesso, êxito na gestão frente ao Ministério do Trabalho, Delegacia do Estado do Paraná, particularmente nesse momento difícil, porque passa a nossa economia e particularmente o Setor Trabalho do Estado do Paraná, Nacional e até mesmo Internacional.

É público e notório, que com a globalização da economia, surge de forma muito veemente o fantasma do desemprego, que é um fenômeno que acontece em todo o Brasil e a nível internacional, fruto dos avanços da tecnologia, da robotização das indústrias, da aplicação da informática no processo industrial, gerando por consequência

desemprego de mão-de-obra. Aumenta por um lado o espaço dedicado à cultura, ao lazer da sociedade para o sustento das famílias.

A Delegacia do Ministério do Trabalho tem essa função muito importante de fazer a ligação de capital e trabalho, gerar a harmonia entre o empregado e o empregador, tem um papel muito importante que é o de fiscalização de abusos, das arbitrariedades, das barbaridades que são cometidas, principalmente, na exploração da mão-de-obra de crianças, da mão-de-obra escrava, que querendo ou não, ainda existe no Paraná, existe em grande quantidade em todo o Brasil.

Recentemente, inclusive, foi feita uma denúncia muito séria de que trabalhadores de fazenda, trabalhavam durante o dia e à noite dormiam acorrentados em barracões e galpões de fazendas. Esse é o papel do Ministério do Trabalho, fiscalizar, proibir esse tipo de abuso. E aqui especificamente no Estado do Paraná, essa tarefa vai estar a cargo do ex-Deputado, ex-colega nosso aqui na Assembleia Legislativa o Tércio Alves de Albuquerque.

Parabéns, ao Dr. Sidney, que acabou de largar o cargo, pelo belo trabalho feito. E sucesso é o que eu como Deputado, da Comunidade de Foz do Iguaçu e o Paraná deseja a esse ilustre Iguaqueense que ocupa este importante cargo. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao mesmo tempo que me coloco solidário as palavras do Deputado Sérgio Spada, quero enfatizar por outro ângulo que uma das preocupações que nós temos com relação ao Brasil e também ao Estado do Paraná, é a questão do trabalho infantil.

Durante os dias 22, 23 e 24 de março se realizou na Cidade do México, o Tribunal Internacional Independente para analisar as causas e as consequências do trabalho infantil e para determinar os responsáveis pela existência e desenvolvimento do trabalho de crianças.

A preparação do Tribunal começou a partir da conferência celebrada em Dacca, Bangladesh, na Ásia, uma das zonas mais afetadas pelo trabalho infantil de garotos e garotas. Isto começou em 1995, desde aí, organizadores e militantes de dezenas de países, de todos os continentes, já aderiram à iniciativa, entre as quais várias organizações e militantes do Brasil e particularmente no Paraná.

Fomos convidados a participar do Tribunal, eu e o Deputado Durval Amaral, por termos uma experiência com uma degradante

forma de trabalho infantil, que é o trabalho prostituído. Do Paraná estiveram presentes a Coordenadora Estadual do Comitê Contra o Trabalho Infantil, Mônica Giacometti, as Senhoras Jacy e Ângela representantes da FETAEP.

Estiveram nesse Tribunal delegações formadas por Deputados, dirigentes sindicais e organizações de direitos humanos, de mais de vinte países.

Como o Senhor Ensa Ulla Khan, presidente da frente de Liberação contra o trabalho forçado do Paquistão que disse: "O trabalho infantil não vem do céu, há quem o proporciona, é necessário reunir provas para julgar os seus responsáveis".

Sob este prisma foi instalado o Tribunal Internacional Independente contra o trabalho infantil.

O Tribunal emitiu um veredicto sobre uma base de provas bem fundadas. As sessões nacionais realizadas em diversos países, colocaram no manifesto a responsabilidade de Instituição que dirige e o aumento do trabalho infantil, devido a aplicação de ajustes estruturais.

O Tribunal Nacional Independente, cuja inauguração se deu dia 22 de março no salão verde da Câmara dos Deputados do México e as sessões se efetuaram no auditório do Centro de Convenções do IMSS (Instituto Mexicano de Seguridad Social) nos dias 23 e 24.

A principal conclusão do Tribunal foi de acusar o processo selvagem que algumas nações estão implementando ajustes estruturais, com o monitoramento do FMI. Por outro lado, constatou que o processo de globalização econômica, leva alguns empresários e governantes a implementar toda forma de diminuição de custos produtivos para competir, com isso apelando para a exploração do trabalho infantil que é extremamente barato.

Todos os que contribuem para a degradação da situação social das crianças, são responsáveis por este crime que é o trabalho infantil. Todos os que, em nome da competitividade e da busca incessante do lucro, procuram o trabalho mais e mais barato e cada vez menos protegido e regulamentado, são responsáveis por este crime de lesa humanidade.

O Tribunal Internacional Independente Contra o Trabalho Infantil, recomendou e indicou uma campanha para que todos os países ratifiquem a convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), convenção esta que proíbe o trabalho de crianças antes de completar o ciclo básico de escolaridade. Nenhuma criança trabalhando, portanto, antes dos 15 anos, nem sob o pretexto de aprendiz, pois o trabalho infantil é o maior inimigo da escola. Esta convenção o Brasil ainda não ratifi-

cou por isso...

Um fato curioso que é o número de crianças que estão sendo exploradas no trabalho têm aumentado na mesma proporção em que os adultos estão sendo desempregados. Então nós temos uma troca de um adulto regularmente empregado por um trabalho infantil mais dócil, sem exigências trabalhistas.

Participaram do Tribunal, entre outros, eu gostaria de citar o principal Coordenador que é o Tafazzul Hussain (Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores de Bangladesh) e, também, o nosso Deputado Federal Hélio Bicudo, que foi o Coordenador e Presidente deste Tribunal.

O número de crianças que trabalham no mundo é preocupante, é trágico. Primeiro porque os dados estatísticos apontam que na mesma proporção do desemprego do adulto, ocorre o emprego informal e mais barato da criança. É trágico porque elas por conta do trabalho reprovam ou abandonam a escola, não desenvolvem a capacidade intelectual e o seu psiquê, pois não tem hora de brincar, seu organismo não cresce pois as poucas calorias que ingerem são despendidas em energia para o trabalho, elas ficam doentes pois são acometidas de tosse excessiva, conjuntivite, dores musculares e complicações pulmonares, na função de carvoeiros, as crianças têm a pele cortada pela cana-de-açúcar, além das mutilações provocadas pelo facão nos canaviais, as folhas pontiagudas do sisal e seu suco ácido provocam feridas, cegueira e infecções, seu pó provoca a asma, nas crianças dos sisaleiros. Criança de rua não se salva colocando para trabalhar o lugar de toda criança é na escola.

A educação possibilita a compreensão do mundo, da sociedade e da ciência, e será usada pelo futuro adulto a ter uma profissão, um nível de vida melhor, pois com instrução saberá sobre higiene, sobre alimentação, cuidados com a roupa, moradia, etc. Além disso, com instrução, agirá como cidadão, saberá de seus direitos e deveres, as regras do país em que vive, saberá conviver melhor em sociedade.

Uma das melhores formas de distribuição de renda é através da educação, pois insere o indivíduo nos processos econômicos.

A brincadeira, o lazer, desenvolve na criança a sua inteligência, sua motricidade de forma correta, aperfeiçoa seu senso ético na convivência com os colegas, cria regras de comportamento e convivência pessoal, desenvolve aspectos emocionais e psicológicos da criança.

Não há como negar que a solução para a crianças não seja o ludismo e a educação. Por isso devemos negar a possibilidade de criança menores de 15 anos trabalharem.



Sob qualquer hipótese. Negar o argumento de que a criança pode ser aprendiz, entre 12 e 14 anos, pois abre porta para estagiar como engraxate, como cavaleiro, como catador de papel, trabalhar em serviços insalubres, pesados, cansativos, pois lhe tira o lazer, tira-lhe a escola.

Supondo, por exemplo que a atividade de engraxate ou cavaleiro seria uma profissão para criança. Negar os programas oficiais que dão trabalho às crianças de rua em convênio com empresas, pois há exploração pura e demitirá o empregado adulto regularizado.

Os recursos que o governo dispõe para os convênios são suficientes, Senhora e Senhores Deputados, para criar uma escola atraente para as crianças e desenvolver condições para que possam brincar e conviver saudavelmente, no tempo que lhe resta depois do estudo.

Trabalho forçado e insalubre não é melhor que educação física, que educação artística, que educação musical, que teatro, que o ludismo, que a brincadeira e a educação regular.

Somente o ano passado foi recolhido pelo programa de Assistência Social do Estado de São Paulo, 60 milhões de reais. Esse dinheiro deveria ser gasto para acelerar o processo de erradicação da mão-de-obra infantil no Brasil, mas nada disso foi feito.

O Governo Federal, além de não investir dinheiro que tem para esse fim, sofisma a discussão contra o trabalho infantil e nega a assinar a Convenção 138 da OIT.

Mas, nós temos uma notícia boa, o Estado de São Paulo, na semana passada, através do Governador Mário Covas assinou uma portaria em que nega qualquer parte de ajuda Governamental, financeira por parte dos órgãos financeiros estaduais, ao setor produtor de álcool em que estiver criança trabalhando. Não receberá dinheiro.

Está sendo implementado em iniciativa de Prefeitura, junto ao Governo do Estado, que lentamente estamos combatendo o processo, o trabalho de crianças nos carnavais, nas fábricas de camisas, de calçados, nos sinaleiros etc...

Ainda, porém atrás de muitos programas de caridade, de estágios, de convênios, se esconde a exploração do trabalho infantil, que é fácil, paga-se menos, não assina carteira, não recolhe direitos sociais beneficiando empresas que propagandeiam solução para a criança, mas guarda no cofre um pouco mais de lucro.

A continuidade da exploração do trabalho da criança, leva à desagregação social e a comprometer as gerações futuras ao alijar meninos e meninas do direito da in-

fância, ao lazer, à escola e ao desenvolvimento físico.

Senhores Deputados, existe a idéia de que é melhor a criança trabalhar do que roubar, mas muito melhor do que a criança trabalhar e roubar é a criança estudar, aprender música, teatro, aprender ludismo, porque desenvolve o senso óptico, a sua postura perante a sociedade, desenvolve psicologicamente é nós teremos uma geração saudável no futuro.

Contra o trabalho infantil eis uma das linhas que este Parlamento tem que seguir: negar o trabalho antes dos 15 anos, a não ser crianças na escola e na brincadeira.

Obrigado Senhor Presidente, pela compreensão no estudo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com inscrição feita com o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti de ter feito a inscrição desse nobre Parlamentar.

Mas Senhores Deputados, subo a essa tribuna hoje, e não poderia, de forma alguma deixar de dar o apoio desse Parlamentar em solidariedade, aos nossos amigos Prefeitos.

Nós vemos os nossos Prefeitos que estão lutando com dificuldades, a arrecadação que desde o ano passado a cada dia que passa ela vem baixando.

E nós agora recebemos aqui através de Prefeitos, aonde a Associação dos Municípios do Paraná estão reivindicando a todos os Prefeitos aos 371 Prefeitos do Paraná para fazerem uma marcha à Brasília. E eu sinceramente Srs. Deputados são coisas que acontecem, eu como já fui um Prefeito e sei o trabalho do Prefeito da sua preocupação com o seu povo, exemplo do Edno Guimarães lá de Cianorte, exemplo do Antonio Belinati lá de Londrina, exemplo também do Toti Colaço lá de Irati, exemplo também de mais parlamentares que compõem essa Casa e que já fizeram o trabalho em seus Municípios.

Nós vemos aqui agora, através da Associação dos Municípios do Paraná, do seu Presidente conclamando e chamando todos os Prefeitos para fazerem uma marcha à Brasília. Os Prefeitos, que muitas prefeituras já não conseguem pagar a sua folha de pagamento, não conseguem saldar os seus compromissos na área da saúde, na área da educação e nós vemos aqui nesse manifesto onde ocorre o seguinte problema: Primeiro - uma emenda Constitucional n° 10 que criou o fundo de Estabilização Fiscal e que a partir de abril terá uma redução de



12,4% do FPM, Senhores Parlamentares. Aqui diz ainda os Prefeitos se sabiam que é retroativo ao mês de janeiro, fevereiro e mês de março. Vejam bem, uma Prefeitura que tem um coeficiente de 1,0, terá essa Prefeitura que reembolsar ao governo Federal o valor de 33 mil reais e isso parcelado agora em 10 parcelas.

Srs. Deputados, não é possível, eu me pergunto aqui agora nesse momento, será que a vida inteira os nossos municípios daqueles que produzem daqueles que plantam, aonde os problemas para serem resolvidos com a população, será que é toda a vida aqui embaixo que se paga aquilo que se vai fazer em cima para resolver os problemas de rombos que acontecem, a culpa recai em cima das administrações, a culpa recai em cima desses prefeitos que administram com muitas dificuldades já os escassos recursos que chegam do FPM e também do ICM e é por isso que eu subo aqui hoje nessa tribuna em protesto e em solidariedade junto com todos os prefeitos do Estado do Paraná e desse Brasil, porque não dá para agüentar mais isso. É aqui embaixo que os prefeitos têm que bancar toda a estrutura de transporte escolar, são os prefeitos que têm que bancar com a Educação, são os prefeitos que têm que bancar com a Saúde, é o prefeito que leva o tal do Transporte, é o prefeito que banca o hospital, é o prefeito que tem que dar o remédio, é o prefeito que tem que pagar o exatão. E nós vemos aqui novamente as Prefeituras serem prejudicadas.

E é por isso que subo nessa tribuna, Sr. Presidente, é preciso que nós empunhemos essa bandeira, essa bandeira em prol do Municipalismo, do Municipalismo que nós vemos a cada dia que passa principalmente o nosso interior do Estado, o seu povo que vai embora e os Prefeitos que estão preocupados para fazerem aquela infra-estrutura, prefeitos que estão preocupados que o seu povo não vá embora. Nós vemos aí os recursos do FPM serem descontados, 12,44%, mais o retroativo do mês de janeiro, fevereiro e março.

Então realmente hoje é muito difícil um Prefeito fazer um trabalho na sua cidade com recursos do Estado. É aqui no nosso interior, é na pequena cidade que se planta, é na pequena cidade que seu povo vive. Então, é por isso que nós temos que dar esta sustentação. É por isso que, eu não poderia de deixar de dizer com as minhas palavras do Executivo, que fui, exemplo também do Deputado José Maria, que também foi Prefeito; o Deputado Edison Lino, que foi Prefeito também e que, realmente sabem hoje o que passa os nossos municípios, com uma dificuldade tamanha, principalmente na estabilização do Plano Real onde os recursos hoje são escassos e

a cada mês que passa eles são menores. Fica aqui o meu registro deste Parlamentar, em solidariedade aos Prefeitos do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de ter a atenção dos Srs. Deputados, porque nós vamos comentar neste instante alguma coisa a respeito da União Parlamentar Interestadual, a nossa entidade nacional conhecida como UPI. A UPI já teve o privilégio de ter sob o seu comando e, hoje Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, período que esta entidade prestou os mais relevantes serviços aos Deputados Estaduais, não só do Paraná, mas do Brasil como um todo.

Naquela oportunidade o Deputado Ezequias Losso, o Deputado Antonio Annibelli, Deputado Caio Quintana desenvolveram junto com Luiz Alberto Martins de Oliveira um importante trabalho, no sentido, de que, uma série de ações fossem desenvolvidas no país através das Assembleias Legislativas, através dos Senhores Deputados Estaduais. A UPI historicamente, sempre atuou na defesa do Deputado Estadual, mas também principalmente, atuou no sentido de dar ao Parlamentar lições mínimas de orientação para o seu trabalho, para que o trabalho do Parlamentar viesse de encontro à comunidade. Posteriormente, a UPI passou um período de baixa, como toda a sociedade organizada, entidades civis, organizações não-governamentais, que também têm os seus momentos de altos e baixos, a União Parlamentar Interestadual que congrega os 1.054 Deputados Estaduais existentes no Brasil, passou também pelo seu momento de baixa, e foi ela reerguida nos últimos meses através de uma comissão especial designada, haja vista que, a diretoria existente renunciou, por força e pressão do Conselho de Presidentes, formado pelos Presidentes de Assembleias Legislativas e uma comissão passou a dirigir a UPI.

No dia 28 de abril tivemos o privilégio de ao lado de outros companheiros sermos eleito o 1º Secretário da UPI, tendo como Presidente o Deputado Miguel Martini de Minas Gerais; como tesoureiro o Deputado Gleno Scherer do Rio Grande do Sul; e como Secretário-Geral nosso companheiro Deputado Adelor Vieira de Santa Catarina. Anteriormente ao 28 de abril, quando estivemos numa Assembleia Geral em Brasília, numa reunião que aconteceu em Paraíba, foram eleitas as comissões seccionais da Re-

gião Norte, Nordeste, Centro, Sudoeste e da Região Sul. E, na Região Sul foram escolhidos naquela oportunidade na Região lá da Paraíba, foram escolhidos os quatro membros que constituem essa comissão que comanda a UPI a nível de Região Sul. Naquela oportunidade a Deputada Irondi Pugliesi, ao lado do Deputado Emerson Nerone, foram os escolhidos para representar a União Parlamentar Interestadual na Região Sul, representando o Estado de Paraná.

Então, o Paraná está ocupando os postos que lhe é devido, os postos que lhe cabe na União Parlamentar Interestadual, através da nossa pessoa, que foi eleito para o cargo de 1º Secretário da União Parlamentar Interestadual, e da Deputada Irondi Pugliesi e do Deputado Emerson Nerone, que na reunião da Paraíba, acontecia no final do ano passado, foram escolhidos para representar o Paraná, dentro da região sul.

O que nós queríamos dizer aos Senhores Deputados, o fruto de todos estes acontecimentos. Na próxima 5ª feira, dia 11, teremos uma nova reunião da União Parlamentar Interestadual - UPI - na Cidade de Porto Alegre, nas dependências da Assembléia Legislativa. A partir das 8 e 30 horas de 5ª feira, abertura oficial. Depois intervalo para o almoço à 13 horas. As 15 horas o reinício dos trabalhos e as 18 horas o término dos trabalhos.

Durante todo o dia de 5ª feira, a UPI estará reunida, em Porto Alegre. Nós lá estaremos. Outros Parlamentares já manifestaram interesse de participar desta reunião da UPI em Porto Alegre. O Deputado Zuk, ainda a pouco, também comentava conosco a sua disposição de ir, já que ele representa a Assembléia Legislativa junto com o Deputado Anibal Knury, no Conselho de Presidente da Assembléia Legislativa do Brasil. E nós deveremos lá estar, Pessuti, Deputado Zuk, Deputado Tavares, possivelmente também, estará se dirigindo a Porto Alegre a Deputada Irondi, e nós lá estaremos, para defender os interesses dos Senhores Deputados. Para discutir, o dia-a-dia das Assembléias Legislativas e evidentemente, procurarmos melhores caminhos para as Assembléias do Brasil como um todo.

Nesse sentido Srs. Deputados, que tiverem interesse de tomar conhecimento da programação. Os Senhores Deputados que tiverem interesse, em conhecer mais da UPI, poderão procurar a nós, a Deputada Irondi Pugliesi, que nós estaremos aí, prestando as informações.

E quero informar ainda aos Srs. Deputados, que até amanhã, provavelmente, farei chegar ao gabinete de cada um dos Srs. Deputados, um "Folders" explicativo, de tudo aquilo que é, de tudo aquilo que faz, de tudo aquilo que pode fazer a UPI. Bem

como estarei encaminhando a cópia do novo Estatuto da União Parlamentar Interestadual, foi aprovado recentemente, que está publicado no Diário Oficial da União e que é o instrumento balizador das ações desta Entidade. Era isso Sr. Presidente, e conclamo aos Srs. Deputados, que leiam com atenção o Estatuto da UPI, bem como o "Folders" explicativo, para que todos possam se inteirar da importância que reside, na existência da União Parlamentar Interestadual.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Presidente) - Último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. NELSON TURECK - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Presidente) - Questão de Ordem, com a Palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Questão de Ordem) - Quería registrar a presença, do Diretor da Gazeta, o Diretor da Tribuna da Região de Goioerê e também, do Presidente da Acandose e o Presidente da Câmara dos Vereadores de Goioerê, o Vereador José Lopes, que se encontra hoje aqui, presente nesta Casa de Leis.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Presidente) - Perfeitamente associado com a Mesa Executiva desta Casa, a ilustre presença, dos nominados pelo Deputado Nelson Tureck.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Presidente, membros da Mesa, Senhores Deputados.

Subo a tribuna para falar mais uma vez, a respeito do Projeto que o Governo do Estado do Paraná, pretende enviar a esta Assembléia Legislativa nos próximos dias, e que diz respeito, a criação de uma nova realidade, da carreira dos Professores do Estado do Paraná. Subi a primeira vez a semana passada, para alertar o Estado de que projeto semelhante, já havia sido apresentado por esse Deputado. E fiz uma espécie de requerimento. Não só aos Deputados aqui presentes, mas também ao Poder Executivo, que usando de sensibilidade, que usasse o meu Projeto, para atingir o seu objetivo.

E tendo ido a minha região, nesse feriado da Páscoa tendo conversado com Professores, de toda a região. Retornei a esta Assembléia, subo a essa tribuna para fazer uma reivindicação em nome dos professores aposentados do Estado do Paraná.

O Estado pretende criar uma nova carreira para os professores, criando dois

novos níveis de referência, os níveis 6 e 7, que vai proporcionar aos professores a conquista de uma reivindicação antiga, já que a carreira era muito curta, não previa a possibilidade de uma ascensão estimulante, os professores atingiam, com poucos anos de exercício da profissão, o topo da carreira e a criação desses novos níveis de referência, vai permitir quase que imediatamente, um aumento salarial, uma nova perspectiva, uma nova realidade.

Ocorre que ainda está mais ou menos nebuloso, não se tem a certeza de como isso vai funcionar, parece-me que o projeto do Estado só contempla os professores que estão em atividade, aqueles que estão exercendo a sua profissão, a sua função e os professores aposentados ficam e ficam esquecidos, salvo um melhor entendimento. Não conheço em profundidade o projeto que o Executivo vai enviar para apreciação dessa Assembleia. Os professores aposentados ficam de fora e a Constituição Federal reza, estabelece, e prescreve que toda e qualquer vantagem, benefício e conquista que for concedido a uma categoria de funcionalismo público em atividade, deve ser automaticamente, imediatamente estendido para os professores da inatividade, ou seja, os professores aposentados e eu gostaria de lembrar isso ao Poder Executivo. Lembrar que se ele pretende criar esses dois novos níveis de referência, que é uma reivindicação antiga da categoria e é uma reivindicação histórica da categoria, ele não pode se esquecer dos aposentados.

Existem aposentados que só não galgaram, só não alcançaram esses níveis 6 e 7 da referência, porque na época em que exerciam as suas funções, esses níveis simplesmente não existiam. Com o atendimento dessas reivindicações por parte do governo do Estado para os professores da atividade, abre-se para esses professores da inatividade uma espécie de expectativa de direito não pretendida no passado e que pode e deve, por força da lei, ser atendida no presente.

Quero aproveitar esse momento, para dizer o seguinte, para que não se crie uma penúria jurídica, para que não se crie uma demanda judicial, a APP Sindicato está se reunindo com os professores, está discutindo essa questão e acho que ela vai tomar posição no sentido de cobrar do governo do Estado, que os professores aposentados também sejam contemplados com essas conquistas, para evitar que no futuro, uma vez aprovado esse projeto na Assembleia, uma vez sancionado pelo governo e uma vez tornado efetivo e os professores em atividade comecem a ser contemplados e beneficiados por essa nova carreira, para evitar que os professores aposentados comecem a iniciar as demandas judiciais,

cobrando esse direito constitucionalmente assegurado para eles também.

Senhor Presidente, não sei se posso fazer um requerimento verbal. Existe uma forma de requerimento verbal? Requerer que seja enviado ao Poder Executivo um requerimento nos seguintes termos: "Requer esse Deputado que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao governo do Estado, no sentido de que na sua proposta que vai ser enviada à apreciação desta Assembleia Legislativa, da criação da nova carreira para os nossos professores do Estado, sejam contemplados os professores aposentados, "que os professores aposentados não sejam esquecidos, que sejam lembrados e dessa forma o governo do Estado faz justiça a esses que tanto já contribuíram para a educação pública do Estado do Paraná, ao mesmo tempo que evita uma possível e provável demanda judicial num futuro, se os professores aposentados não vierem a ser atendidos nesse seu direito que, segundo a Constituição, deve ser respeitado.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela atenção e aguardo o envio desse requerimento ao Senhor Governador e também ao secretário de governo e da Casa Civil, da Administração e da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos sabem e invoco, aqui, o testemunho do Deputado Chab e até o testemunho do Deputado José Tavares, que todo carro roubado no Paraná, ele é levado para o Paraguai. E pasmem os Senhores que já existe um consenso entre o Itamaraty e o vizinho país o Paraguai, informava à Nação brasileira que daqui a dois anos todos os carros roubados no Brasil não voltam mais para o Brasil. Serão nacionalizados no Paraguai. E quando aconteceu este fato o Governador Jaime Lerner chamou o Secretário de Segurança, chamou o Diretor da Polícia Civil - tive a satisfação de participar desta reunião; ao lado do Deputado Algaci Túlio, e começava aí os entendimentos para que trouxéssemos de volta ao Paraná os nossos carros roubados aqui e vendidos no Paraguai. E ontem quando a melhor polícia do Brasil - que é a polícia paranaense - desbaratava a quadrilha comandada pelo ex-patrolheiro da polícia rodoviária, Kiluo Sato, de 45 anos de idade que deu a sua vida pela polícia rodoviária do Paraná, abandonou para se tornar o maior quadrilheiro do Sul do país - ele ontem foi preso pela polícia do meu Estado ao lado da sua quadrilha.

E nada mais, Senhores Deputados, levou do Paraná 50 carros que custam, hoje, 70 mil reais - zero Km. E o senhor Sato vendia cada carreta no Paraguai, zero Km, por 13 mil reais. A carga era vendida no Mato Grosso do Sul, mais propriamente em Campo Grande. E para surpresa minha, ontem, no afã dos repórteres do Programa Chab, os repórteres do Programa Alborghetti, no afã da entrevista com o Secretário de Segurança, o Secretário de Segurança disse: - "Aguardem que vocês vão saber o que nós estamos fazendo no Paraná." E hoje eu até gozei o Secretário de Segurança que eu acho que está mal informado, porque eu me precipitei na notícia. Em vez dele dar a notícia ontem ao Chab e ao Alborghetti e à própria imprensa, nós é que passamos à sua frente hoje.

Sexta-feira o Governador Jaime Lerner determinou a contratação de dez carretas Cegonha, dez carretas saem de Curitiba, vão para o Paraguai e nós já conseguimos recuperar no Paraguai 80 carros roubados no Paraná, 80 carros roubados no Paraná virão do Paraguai, está aqui o testemunho do ilustre homem de televisão e Deputado Estadual, Ricardo Chab, ele deu em primeira mão hoje, eu dei, passamos à frente do Senhor Secretário de Segurança, o Governador do Paraná determinou a contratação de dez carretas Cegonha para trazer do Paraguai 80 carros roubados do Paraná. Entre esses carros estão alguns caminhões e esses carros serão trazidos do Paraguai, serão colocados no pátio da Delegacia de Furtos de Veículos e aqui serão entregues aos seus proprietários.

Mas a minha preocupação, Deputado Aníbelli, é que no ano passado V.Exa. votou comigo, na outra Legislatura, um projeto do Deputado Algaci aonde eu fiz uma série de emendas. Em São Paulo, Deputado Aníbelli, quando é preso um carro roubado imediatamente a Folha de São Paulo, o Estadão, as emissoras de rádio, as emissoras de televisão, já mostram o carro, a cor, o chassi, e localizam em toda a grande São Paulo o carro que é roubado. Aqui o Deputado Algaci entrou com este projeto, apenas para que as emissoras de rádio noticiassem o carro roubado. Emendi este projeto para que fosse filmado, as emissoras de televisão filmassem os carros, passem na televisão para que nós possamos localizar os proprietários para que esses carros, que me desminta o Deputado Tavares, não fiquem apodrecendo nos pátios da delegacia e fiquem servindo como cabritas. Cabritas, na gíria policial, é o carro que é desbaratinado, ele é usado por policiais civis para o trabalho em investigações policiais. E este projeto, pasmem os senhores, é como a delegacia do Deputado Ricardo Chab, este meu projeto e do Deputado

Algaci, já foi aprovado, mas não foi colocado em prática porque não se tem dinheiro neste Estado para se colocar aquilo que é de importância para a família brasileira, enquanto milhares de carros foram abandonados no interior do Paraná. Em Sertaneja, lá na Delegacia de Polícia, em qualquer Delegacia de Polícia do Paraná você encontra no fundo do pátio carros apodrecendo, apodrecendo, carros do Paraná apodrecendo que não são descobertos os seus verdadeiros proprietários.

Graças ao Governo Jaime Lerner nós vamos trazer 80 carros, graças não ao Governo, graças a intermediação do Governo Jaime Lerner, do Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, do Diretor da Polícia Civil, nós conseguimos recuperar 80 carros. Agora, a minha preocupação é que fosse colocado o projeto do Deputado Algaci, a emenda do Deputado Alborghetti, para que esses carros fossem filmados, levados à Rede Globo, a Rede Record, ao SBT, a TV Cultura, a TV Educativa do Paraná, a rede Bandeirantes de televisão, a rede Manchete, transmitida pela TV Exclusiva e que se mostrem os carros, os 80 carros que foram recuperados no Paraguai, graças a intermediação honrada, de caráter, decente do Governo Jaime Lerner, o melhor governo do Brasil.

Venho a esta tribuna para um desabafo, estou vendo as televisões e não entendo se sou palhaço, se a minha esposa é uma palhaça, se o Deputado Luiz Cláudio Romaneli é palhaço, se o Deputado Chab é palhaço, se o Deputado Tavares é palhaço, se estou pintado, se sou idiota, não entendo. Este é o País da máscara, o País da máscara, este País tem que crescer, caminhar para o primeiro mundo, mas antes tem que lavar a cara e tirar a máscara. Pasmem Romaneli, um bandido está sendo transformado em herói nesta Nação por um Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Sou palhaço? O homem é estuprador! Inclusive, fiz uma pergunta se o Presidente do Tribunal de Justiça não gostaria de adotá-lo e levá-lo para a sua residência. Vai adotá-lo, vai adotá-lo, o menino é lindo, maravilhoso, coisinha linda, dá vontade de beijá-lo, de amá-lo.

Até então o homem era bandido, era marginal, Deputado Chab, era assaltante entrava nos postos de gasolina com a máquina na mão, metia na cabeça, no ânus. Teve uma passagem que ele enfiou o revólver no ânus da secretária de um posto no Estado de Goiás, brincava com a arma e erguia a saia dela e abaixava a calcinha com a máquina, entendeu, abaixava a calcinha da secretária do posto com a máquina, o revólver e assaltava os caixas, barbarizou, barbarizou.

De repente faz seqüestro, seqüestrou

uma menina, barbarizou o Estado de Goiás, Romanelli, de repente o menino, a florzinha, que já tinha virado mamãe no outro lado da meia-noite no sistema penitenciário, porque lá é um mundo cão, são dois mundos que não se compartimentam, não dão liga, entendeu, dois mundos, o mundo das pessoas normais e o submundo do crime. São dois mundos que não se compartimentam, o mundo da penitenciária e o mundo do bandido e o mundo do pai, da mãe, das pessoas normais. Não dão eco, você pode passar o super-bonder e não cola. Ele já tinha virado mamãe, mamãe, mamãe, no submundo do crime, de repente a mamãe se transveste, toda querida, e chefia a rebelião do ano de 1996. Com aplausos, flores, confetes e serpentinas, consegue sair com 8 carros, com armas, com 100.000 dólares em reais e na primeira barreira a mamãe treme toda num ataque epilético e diz: Estou à disposição da justiça, estou me entregando, por favor não me mate, não matem a mamãe. Que macho, que machão, ele queria carnaval, ele queria humilhar a polícia do meu País, ele queria humilhar a Ordem dos Advogados do Brasil, Deputado José Tavares, ele humilhou o Governo de Goiás, ele humilhou o Parlamento de Goiás e agora está presa a mamãe, o nome da mamãe é Pareja, conhecida no submundo, no outro lado da meia-noite como Parejinha.

Está preso em Goiás e pasmem, Deputado Péricles, o Presidente do Tribunal de Justiça vem à televisão e diz: É um menino bom, lindo, mas que coisinha linda, uma pele suave, ai meu Deus, estou encantado e apaixonado pelo Parejinha porque coitadinho está preso. Revista Veja transformou ele num herói, a Globo, até a minha televisão, a sua, a Folha de Londrina trouxe uma entrevista domingo que me apaixonei, quase fui adotá-lo, buscá-lo para trazer ao meu lar para fazer companhia e ser motorista da minha querida esposa. É Pareja. E ontem na opinião nacional quase caio da cadeira. Um telespectador de Goiás manda um Fax à opinião nacional, o melhor programa de debate da televisão brasileira, na Rede Cultura, e diz o Fax: "Governador Maruto Vilela, se Parejinha sair candidato ao Senado ganha a eleição?"

Meu Deus do Céu! Até que ponto nós chegamos, até que ponto, Deputado Romanelli. Há eleição, os Senhores foram eleitos, ganham aqui 4.800 Reais por mês e ainda dizem que vocês, que nós somos corruptos, ladrões, que não prestamos e o Pareja presta, é "herói nacional". Inclusive fiz uma sugestão, é uma pena que meu programa não chegue em rede nacional, porque eu queria que este Presidente do Tribunal me processasse, queria ser processado, queria hoje ser um advogado criminalista, por que que não terminei a minha Universidade,

queria estar dentro do Tribunal do Juri para debater com este Presidente do Tribunal de Justiça, queria hoje ser um advogado criminalista, queria ser hoje um representante do Ministério Público, Romanelli, para que poder debater com este Presidente do Tribunal de Justiça, faria questão de preparar a adoção do Parejinha, para que ele fosse residir na residência do Ministro da Justiça de Goiás.

Senhores, este é o País, lamentavelmente, para finalizar, esse País precisa criar vergonha na cara.

Ou você endireita esse País no voto ou na bala, porque eu estou vendo índios brigando por um pedaço de terra. Estou vendo que chegou a São Paulo, ao meio-dia hoje os sem-terras, procurando um pedaço de terra para plantar nesse País.

Estou vendo gente morando debaixo da ponte, estou vendo a miséria campear nesse País, estou vendo a desgraça campear este País. Sabe quanto custa o seu Pareja, por mês? No sistema Penitenciário? Quinhentos dólares. Ele tem café da manhã, almoço, café da tarde, jantar, banho, uma cama confortável para dormir. Durante o dia, Chab, é jogar Frescoball, não sei se V.Exa. conhece, a bolinha "plaf, plaf, plaf" ou jogar Beriscunho (?) é um bolinha que se pega para jogar lá no buraquinho "plaf" ou senão o Kartatro (?). É isso que eles produzem.

Então, só para finalizar. Se nós tivéssemos uma onça em cada penitenciária do Estado, nós economizaríamos 500 dólares por mês. Bandido de alta periculosidade dá para a onça comer, é simples, não querem a pena de morte, porque gasta muito. Pendura um botijão de gás com uma corda, põe o cara sentado, solta o botijão de gás na cabeça do desgraçado, não morreu na primeira, ergue o botijão, solta a segunda, não morreu na segunda, solta a terceira, até morrer, na hora que morrer larga o botijão. Com um botijão dá para matar 500 estupradores assassinos, violentadores que têm nesse País.

Ora, meu Deus! Até quando? Só se fala em direitos humanos nesse País para o bandido.

Ah! Coitadinho! Meu Deus, que infelicidade tadinho, bom menino, a sociedade o desgraçou, jogou ele no calabouço.

Oh, Meu Deus! Oh, chego até a desmaiar!

Quando mata um policial, Deputado Beto Richa, quando mata um policial federal, quando matam um Delegado da Polícia Civil, Deputado Tavares V.Exa. que deu a vida pelo seu distintivo com caráter, decência. Quando matam um policial civil, não aparece ninguém da Comissão dos Direitos Humanos para levar o seu caixão, para passar a mão na cabeça: Tadinho, foi um bom menino-



nho! Que Deus o acompanhe.

Passou trinta dias, não se fala mais em direitos. Agora quando se mata um bandido, existe até passeata para se falar em direitos humanos. É a minha opinião: "Bandido bom é bandido morto". Que morra, o Sr. Pareja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Antes, porém, concedo a palavra por uma questão de ordem ao Deputado Florisvaldo Fier, para anunciar em nossas galerias a presença de ilustres visitantes.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Ocupam as nossas galerias, hoje, numa das raras vezes neste Parlamento, na sua história, representantes da Comunidade Gaigangue. Comunidade indígena, hoje, no Município de Tamarana, que vieram acompanhar a tramitação de um Projeto de Lei de nossa autoria, a pedido deles (deles caigangues).

Esta visita muito nos honra, e terão sempre esta Casa com as suas portas abertas para recebê-los. E na data de amanhã eles permanecerão como nossos convidados para acompanharem a votação do Projeto de extremo interesse cultural, de extremo interesse para esta nação de Caigangues.

E chamo a atenção, para os Senhores Parlamentares, que as nações indígenas, ao contrário de nós brancos, são tratadas como nações, não tem limites geográficos. A linha geográfica é uma linha criada pelo branco.

A nação indígena é entendida como nação, tanto faz ela estar no Paraná, Tamarana, Londrina ou estar no Paraguai, é como nação como cultura própria que ela vive ou que ela sofre as consequências dos brancos quando tem tentado nos últimos quinhentos anos a destruí-los, colocando-os em terras ruins do nosso País e do nosso Estado.

E essa nação parte dela, seus representantes nos visitam e continuaram sendo nossos convidados no dia de amanhã, quando nós discutiremos um Projeto de extremo interesse dessa comunidade e de extrema necessidade, que gostaria que os Senhores Parlamentares pensassem bem e até amanhã nós pudéssemos votar este projeto.

Realmente, estou muito triste, hoje, não pela visita deles, mas pelo resultado que teve na Comissão de Constituição e Justiça, que me entristeceu. Mas amanhã nós voltaremos ao debate e os Gaigangues, aqui presentes, acompanharão a votação.

Infelizmente, novamente, somos nós brancos decidindo parte do destino deles, destino de que deveriam eles decidirem pelas suas próprias mãos e pelas suas próprias cabeças.

Mas, mais uma vez, infelizmente, somos nós que há quinhentos anos os destruímos, que vamos decidir novamente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres colegas Deputados, Deputada Irondi, Senhoras e Senhores.

A semana passada como cidadão, como milhares de brasileiros, parti em busca de abastecer o meu veículo.

Fui em um posto, fui num segundo, num terceiro, e num quarto e deparei-me com uma triste realidade da falta até de consciência democrática e cívica, a vontade exarcebada, a ganância de alguns proprietários, e não são todos, é importante que se diga, que aumentaram substancialmente os valores do combustível fornecido ao consumidor final.

E eu, como cidadão comum, cheguei num posto, vi o valor absurdo de sessenta e sete centavos, num outro sessenta e oito centavos, num outro sessenta e nove centavos, e, perguntei para mim mesmo: não é possível como uma economia estabilizada, onde o governo faz um esforço tremendo para controlar a inflação. Aonde a iniciativa privada, a todo momento, e, no mundo capitalista, a todo momento, buscam o fim de tabelamentos de preços para que só aqueles que são competentes possam permanecer no mercado. E num primeiro momento que o governo afrouxa, dá uma possibilidade para que a iniciativa privada possa mostrar a sua competência, ganhando o freguês pela eficiência do seu serviço, num primeiro momento, logo de "cara", alguns segmentos empresariais, proprietários de postos e revenda de combustível, aumentam os seus preços exageradamente.

E, eu, nessa condição, comecei a ver por que é que o proprietário do posto de combustível não coloca o preço logo à vista, logo na entrada, logo no logotipo de entrada, no logotipo que identifica as marcas, para que todo o cidadão não tenha que fazer como eu mesmo fiz: ir a cinco, seis postos diferentes, buscando, não pelo valor final de um ou dois reais a mais no preço, mas pelo abuso que se comete contra o consumidor brasileiro, contra economia e contra o nosso País.

O momento é de democracia. O momento é de competência empresarial. É de se ganhar



o freguês pela competência e pela qualidade dos serviços. E não obstantemente alguns que exageram nos seus direitos, procurando efetivamente aferir um lucro muito maior do que aqueles que lhe é devido.

Pasmem os Senhores, atentos a realidade, cheguem a qualquer posto de gasolina, na grande maioria dos postos não vamos encontrar a gasolina comum, somente a gasolina aditivada, Deputado Alborghetti. Por que a gasolina aditivada? Porque a gasolina aditivada é mais cara do que a gasolina comum.

Um aparte ao Deputado Reny Borsatto, que é um empresário sério. Inclusive, conversei com ele e que manteve em alguns postos seus, os mesmos preços.

O Sr. Reny Borsatto - Com respeito ao preço do petróleo, há diferença de um posto para outro. Se você abastecer aqui em Curitiba, é um preço. Se você abastecer em Ponta Grossa é outro preço. Se você abastecer em Sengés é outro preço. Se abastecer em Santo Antonio da Platina é outro preço. É por causa da distância, do frete. Por exemplo, de Curitiba até Sengés, que é um Município que dá 270 Km de Curitiba, o combustível é 10% de diferença de preço. Encontra-se uma diferença de um posto e outro até de 12, a 13%. Por isso é que na beira das estradas tem a diferença de preço de petróleo. Agora tem-se constatado dentro de uma mesma cidade, vamos citar aqui em Curitiba mesmo, tem postos com diferença nos seus preços. Isto não pode.

No meu ponto de vista, é um erro do governo ter liberado o preço do petróleo, por causa dessa diferença, desse frete. Há alguns anos atrás nós tínhamos um preço só. Era um preço só abastecer tanto no Mato-Grosso como aqui em Curitiba.

Essa liberação veio a confundir o proprietário do veículo, que por exemplo, abastece em Ponta Grossa e depois em Santo Antônio da Platina são preços diferentes; em Cascavel é outro preço. Então, é aí que está o problema do preço do petróleo.

Era isso que gostaria de explicar.

O SR. DURVAL AMARAL - Eu, pessoalmente, acredito que os abusos praticados, aqui mesmo em Curitiba, tivemos postos de gasolina que subiram os preços até 30%. É um absurdo, é um desrespeito a qualquer cidadão. Nós não podemos admitir, não é pelo valor final, acredito que o valor final até é muito pequeno, mas contra a economia que se pretende estabilizar, contra o direito do cidadão.

Para resumir, nada mais correto, eu pessoalmente acredito que a liberação é salutar sobre todos os aspectos, apesar da irresponsabilidade de alguns segmentos, mas a competitividade é muito interessan-

te.

Então, o que pretendo - a SUNAB, aliás, o Ministério da Fazenda já baixou um Ofício, uma Portaria recomendando a SUNAB para que a SUNAB, num prazo de 5 dias notifique o Sindicato da Classe que representa os proprietários de postos de combustíveis, para que eles afixem os valores dos combustíveis; gasolina comum, gasolina aditivada, álcool e efetivamente óleo diesel.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Acho que o seu pronunciamento é extremamente oportuno.

E eu, lendo os jornais no feriado de Páscoa, li a Gazeta Mercantil. E lá há uma expressão que foi usada pelo Secretário da Fazenda no Paraná, o Senhor Miguel Salomão, aonde ele confessa que foi ele que propôs o aumento do ICMS de 4%, que fez na verdade com que aumentasse o preço do combustível em quatro pontos percentuais.

Ouvia hoje, uma entrevista dele na rádio CBN, aonde ele dizia que novamente vai a Brasília para manter o aumento do ICMS, que usa lá um argumento que a neutralidade do aumento - um discurso que na verdade é para enganar quem não conhece minimamente o sistema tributário.

E em verdade, Deputado Durval Amaral, nós temos também a responsabilidade de cobrar coerência do Secretário da Fazenda, o Senhor Miguel Salomão, porque ele é um dos responsáveis direto pelo exagero no aumento da alíquota, claro, e do aumento dos combustíveis no Brasil inteiro - inclusive, ele não é só o responsável no Paraná não, é no Brasil inteiro. E ele vai, pelo que ele disse na entrevista na rádio CBN, vai continuar defendendo essa posição e parece que quer radicalizar ainda.

O SR. DURVAL AMARAL - Essa é uma outra questão importante que o Deputado Romanelli coloca.

Vejam só, como era cobrado, não houve aumento de alíquota de ICMS sobre os produtos, sobre os combustíveis. A alíquota é de 25% e continua sendo de 25%, a forma de cobrar é substituição Tributária, ou seja, ao invés de você cobrar dos donos de postos de gasolina diretamente, você vai nas distribuidoras de petróleo e cobra os 25%.

Como havia o aumento presumido de 9 a 10, até 11% por parte do governo, aí veio a proposta do Miguel Salomão - e esta é a interpretação - como vai aumentar presumivelmente 10%, então vamos aumentar também, o preço base não será mais cinco e cinquenta e sete, será a incidência desses 10% sobre os cinco e cinquenta e cinco, cinco e cinquenta e sete que era o combustível anterior.

Então, acho que o governo, como um todo, o Secretário da Fazenda, reunidos no CONFAZ, foram, vamos dizer, infelizes ao propor incidência do ICMS, dos 25% sobre aquele aumento. Poderia até ser revisto se acontecesse essa incidência em um outro momento.

Mas vamos fazer justiça também Romarelli, não é esse fator preponderante que tem feito com que os combustíveis tenham subido exageradamente. Principalmente no Paraná e no Estado de São Paulo.

Em alguns municípios do Nordeste, que eles não cobravam pela substituição tributária ou até mesmo em Goiás, se há algum engano, aí tudo bem, aí o aumento do imposto, não é, que não houve um aumento, mas um aumento maior da carga tributária, a incidência fez com que o petróleo ficasse mais caro.

No caso do Paraná, no caso de São Paulo e de outros Estados que já cobravam pela substituição tributária, esse não é um fator preponderante.

Então, o que nós pretendemos nesse Projeto de Lei, e queremos a solidariedade dos amigos, coisa simples, nós não podemos tabelar preços. Então, que todos os postos de combustíveis que vendam no varejo, eles tenham fixado logo abaixo do logotipo que identifica sua marca, os preços dos combustíveis praticados nesses estabelecimentos comerciais e também nas suas principais entradas, nas vias de acesso aos postos de gasolina que eles tenham esses preços.

Segundo aspecto, que é realmente um absurdo, é um tremendo desrespeito ao consumidor o posto só disponibilizar gasolina aditivada, eu mesmo fui em cinco postos e nenhum deles tinha gasolina comum. Entendo que a galonagem para que ele armazene gasolina comum e a bomba de gasolina comum que muitos postos não mais possuem essa bomba, eles necessariamente para serem empresários no Paraná têm que possuir esses requisitos básicos.

E o terceiro aspecto que é o Artigo 3º do nosso Projeto de Lei é que a fiscalização seja exercida pelo PROCON do Paraná que já conta inclusive com convênio com a SUNAB, ou seja, nós estamos fazendo uma lei regulamentando dentro da esfera de competência do Poder Legislativo do Estado do Paraná, formas básicas, para que o empresário do ramo de combustíveis possa realmente vender os seus produtos e que ganhem pela competência e pela eficiência.

Para concluir concedo o aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Gostaria de agradecer o aparte que V.Exa. me concedeu e pedir a V.Exa. que colocasse quem sabe um resumo explicativo desse seu Projeto

de Lei, razão pela qual os postos estão usando apenas a gasolina aditivada que V.Exa. mencionou mas não tive a oportunidade de receber essa explicação que acho importante.

E a outra explicação é com relação ao subterfúgio que esses postos estão usando, de que, por conta do acréscimo e a substituição tributária como V.Exa. colocou de ICMS do combustível, está se dando e justificando o aumento que teve de até 30% em alguns lugares. E eu gostaria de colocar a preocupação em... e esse é um pronunciamento que V.Exa. faz nessa tarde importantíssimo para os consumidores do Paraná e do Brasil, porque tem município aonde lamentavelmente em dois ou três postos que formam um cartel. Quer dizer não há como o consumidor ter uma opção.

Então, gostaria de dizer que o projeto de V.Exa. tem além da sua essência de contribuir para a regulamentação, porque também concordo que a liberação é salutar sobre todos os pontos de vista, mas nós não podemos admitir que essa liberação ocasione aí o aumento abusivo da forma que ocasionou.

Então, gostaria de dizer que além do serviço que esse Projeto presta no sentido de regulamentar e de ajudar o consumidor para que ele seja protegido nesse sentido, também abre uma discussão que com certeza absoluta faz parte de milhares de pessoas do nosso Estado, no sentido de que haja evidentemente um ponto na verdade, de referência para que nós não sejamos aí obrigados a vivenciar abusos por parte daqueles que aumentaram de forma desproporcional o combustível com essa abertura que o governo concedeu.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Confesso a V.Exa. que acho de fundamental importância o Projeto que o Deputado Durval Amaral quer trazer a essa Casa, mas eu ainda eu não sei se eu me sinto como uma criança, porque eu acredito no Papai Noel, naquela esperança da véspera de Natal, de que o Papai Noel vai para a janela, isso nos idos de 1948, 50 que eu nasci em 45, eu vivia naquela expectativa de sonhar com o Papai Noel.

Hoje pela manhã ao assistir o Bom Dia Brasil, ouvi três informações e as três bateram com aquilo que eu ouvi no programa Opinião Nacional na TV Cultura, que eu considero um debate de alto escalão no jornalismo brasileiro. E a partir de hoje, se não me falha a memória,, a partir das 08:00 horas da manhã, o Posto de gasolina, isso saiu na Rede Globo de Televisão, na rede Record, no SBT, na Rede Bandeirantes e nas outras emissoras de televisão. A partir das oito horas da manhã de hoje, se o posto de gasolina não tiver fixado em

painel, e você adentrar o posto, a faixa: "Gasolina Aditivada X; Gasolina Comum X; Óleo Diesel X"; para o posto que vende botijão de gás: "Botijão de gás X", sofrerá uma multa imediata, e terá que recolher esta multa aos cofres do Estado e União em 24 horas. Se, não tiver, o fiscal volta após às 24 horas mais uma multa, até o lacre final do posto de gasolina que será interditado.

Ouvi isto hoje, Deputado Durval Amaral. Será que isto é Papai Noel? Não entendo. Concorro com Vossa Excelência de trazer a este Parlamento, que possamos discutir na CPI, discutir aqui neste Plenário, nesse douto Plenário que, o seu projeto seja colocado em prática mas, que não venha vetado para cá, pois vão dizer que é inconstitucional, que isso só deve ser feito por Brasília. Então, eu voto com Vossa Excelência. Mas, digo a Vossa Excelência que, inclusive na hora do almoço, no Jornal Hoje, mandei um funcionário meu, enquanto eu apresentava o meu programa, ver se saiu a mesma informação. Sim, saiu a mesma informação em todas as televisões. A partir de hoje, o posto que não tiver com o seu placar, seja eletrônico ou não, com o valor dos combustíveis será multado a cada vinte e quatro horas e, na terceira tentativa será lacrado.

Só espero, Deputado Durval Amaral, que não seja estória de Papai Noel.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL - Agradeço o aparte do

Deputado Alborghetti, e, quero dizer que realmente isto é um ofício do Ministro da Fazenda, endereçado a todos os Delegados Regionais da SUNAB, para que em cinco dias, e o prazo exaure-se hoje, para que todos os postos divulgem os seus preços. Só que, isto é uma Portaria e todos nós sabemos que "dura lex, sed lex", a lei é dura, mas é lei. Na medida que tenhamos uma lei no Estado do Paraná a obrigatoriedade existirá, não só através de Portaria, onde você abre uma grande discussão jurídica, inclusive, sobre a incidência das multas. Este é o objetivo do Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No início do ano de 1993 poucos meses à frente da Secretaria da Justiça, o Governador Roberto Requião me determinava que, elaborasse um projeto de interiorização dos presídios, de tal sorte que, ainda no seu Governo ele pudesse se, não colocá-lo em todo em prática, pelo menos em parte dar o pontapé inicial. Deixar no seu

Governo o início deste programa de interiorização, como forma de melhoria da qualidade de segurança da nossa população. Então, nós começamos por onde deveríamos começar. Começamos melhorando a atual estrutura penitenciária do Estado, construindo um hospital penitenciário, que é um dos poucos, se não um dos únicos do País, para acabarmos com aquela barbaridade que havia, de ter que colocar ao lado do cidadão comum um presidiário qualquer, mantidos as custas do INAMPS, com segurança 24 horas com os problemas dos mais variados para o serviço público, do nosso Estado. Ampliamos substancialmente a Rede Prisional, da Capital e da Região Metropolitana. Aumentando o número de empregos dentro das prisões, como forma de se fazer cumprir o que determina a lei das execuções penais quando trata da emissão da pena. A cada três dias trabalhando reduz um dia da pena.

Em seguida fomos para Londrina. Por quê Londrina? Porque é a segunda cidade do Estado, a primeira do interior, já tínhamos lá o início de um projeto de construção de uma penitenciária. Aproveitamos aquela idéia, e iniciamos a execução de um projeto, que no prazo recorde, no prazo de um ano, conseguimos pôr em prática, fazer funcionar uma Penitenciária, que é a primeira do interior do Estado, que serviu de modelo, para o País.

É a forma de como ela foi executada e concebida, mas sobretudo pelo seu custo baixo, que representava aproximadamente 20% do custo de uma prisão, que o Ministério da Justiça vinha executando no Brasil. O Ministro da Justiça fosse a Londrina, na época, conhecer esse verdadeiro milagre que ele mesmo denominou.

Como é que se constrói, uma penitenciária para 400 presos, com todas as condições impostas pela Lei da Execução Penal. Em um ano apenas, por 20% do custo, que o Ministério da Justiça vinha praticando no País.

Na sequência, nós iniciamos uma obra semelhante da Cidade de Maringá, que pela sua importância, pelo seu tamanho pela sua pujança, pelos problemas prisionais existentes na cadeia pública daquela cidade. O Governo do Estado tinha que dar esse tratamento imediato, a Maringá.

E amanhã, para a nossa alegria o Governador Jaime Lerner, vai estar em Maringá, acompanhado do Secretário de Justiça, Procurador Wilson Vidal, para entregar a procuração aquela cidade. A segunda penitenciária do interior do Estado. Que nós começamos no nosso Governo, dentro desta visão de interiorização dos presídios.

Como é que isso aconteceu? Assim que o Prefeito Said Ferreira tomou posse, em nome do Governador Requião, entrou em con-

tato com Sua Excelência. E o consultor queria saber se havia interesse por parte de Maringá, por parte da Prefeitura de construirmos ali uma Penitenciária a exemplo da que estava na época construindo em Londrina. E o Prefeito Said Ferreira disse: - Temos interesse Secretário Tavares. O que é que tenho que fazer? Eu disse: - Precisa apenas de um terreno. Um terreno com pelo menos um alqueire, que esteja em uma posição estratégica. Porque se trata de uma Unidade de Segurança.

Em uma semana o Prefeito Said Ferreira, telefonou e disse: - Quando que o senhor pode vir a Maringá, para visitar o terreno que eu já escolhi.

Em seguida fui a Maringá. No dia seguinte, fizemos a vistoria do terreno. Aprovamos o terreno. Sua Excelência mandou o projeto para a Câmara dos Vereadores. Imediatamente, foi aprovado a autorização de doação da área, para o Governo do Estado. Em seguida então; começamos o penhor duro trabalhoso, burocrático do excesso de concorrência pública e a obra foi iniciada. Nós entregamos a nossa Pasta, ao nosso sucessor. Quase 50% da penitenciária estava concluída, por que eu estive lá dois dias antes de concluir a minha gestão, no dia 30 de março de 94.

E amanhã o Governador vai estar lá, para inaugurar esta obra. E é por esta razão que estou aqui hoje, na tribuna, para fazer este registro. Para mostrar não só para esta Casa, mas para o Paraná, que a sensibilidade de um governante, é que dá sequência a um programa de obras, diferente de uma sociedade. Assim como a insensibilidade de um governante pode deixar de dar sequência a um programa de obras, prejudicando toda uma sociedade e o Paraná hoje é exemplo para o País, numa hora em que de vez em quando, para não usar uma frase bem comum "de vez em sempre" temos assistido rebeliões em cima de rebeliões como esta colocada pelo Deputado Alborghetti e é somente aí que a sociedade se dá conta de um problema que ela tem que ver resolvido através dos seus representantes, através dos governantes e se não fossem essas rebeliões, lamentáveis rebeliões, esses motins, essas tragédias, não poderia se mostrar aos 4 cantos desse País, as mazelas, as barbaridades, os desmandos, as omissões vergonhosas dos nossos governantes, não teríamos soluções como as que o Paraná vem oferecendo a este País e amanhã, o Ministro Nelson Jobim, nosso amigo e companheiros, estará em Maringá, ao lado do Governador para inaugurar esta que é a segunda penitenciária modelo do País e é a segunda penitenciária do interior do Estado, com capacidade para 400 presos, onde receberão um trabalho organizado e orientado através de convênios com

o SENAI, com SENAC, com o SESI, com o SESC, onde eles, através desta profissionalização se prepararão, já que são jovens.

A média de idade da população prisional do Paraná é de 21 anos, é uma população muito jovem e como aqui no País, a meu juízo, felizmente, não temos pena de morte e prisão perpétua, todos os dias esses presos estão saindo para as ruas sem nenhum tipo de assistência e orientação ou sem nenhuma política voltada à sua recuperação ou à sua reabilitação e a penitenciária se distingue da cadeia pública nesta hora. Enquanto a cadeia é um mero depósito de gente viva, a penitenciária, pela formação dos seus técnicos, psicólogos, assistentes sociais, dos seus advogados e funcionários como um todo, lá recebem e as suas famílias também, recebem tratamento psicológico adequado, recebem orientação psicológica adequada, para o reingresso à vida em sociedade, porque não sei se Vossa Excelência sabe, mas um homem depois de um ano dentro de uma prisão, vivendo todas as dramaticidades de uma reclusão prisional, ele perde a referência de espaço, tempo e momento e ele precisa de um apoio, de um amparo, de uma orientação, de uma mão estendida, para evitar que a reincidência criminal tome conta da nossa sociedade.

Deputado Durval Amaral, concedo com maior prazer, aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Durval Amaral - Deputado José Tavares, por uma questão de justiça, já que falamos da Secretaria de Justiça, quero fazer a minha colocação como testemunho, de que na história do sistema penitenciário do Estado do Paraná, poderíamos delinear dois momentos: um até a gestão do Deputado Tavares e outro, após a sua gestão. Efetivamente, a contribuição que Vossa Excelência deu para reforma do sistema penitenciário do Paraná, para a construção de presídios, para a introdução eficiente do trabalho nas penitenciárias, enfim, foi algo que deixou orgulhosos todos nós paranaenses.

Não tivemos, durante a sua gestão à frente da Secretaria da Justiça, nenhum episódio que não tivesse sido, com muita habilidade, contornado e tivéssemos um resultado não esperado. A sua competência, o seu trabalho, o dinamismo e sobretudo, o tempo recorde com que Vossa Excelência conseguiu implantar no Estado do Paraná, poderia, com toda tranquilidade, servir de exemplo para outras penitenciárias no Brasil.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço, meu querido colega e companheiro, Deputado Durval Amaral e gostaria de dizer para Maringá o que eu disse para Londrina quando fomos

inaugurar a penitenciária. Maringá não tem noção da revolução na vida da cidade que vai ser a penitenciária, porque ela vai envolver os acadêmicos da UEM que já tem um convênio de cooperação técnica com a atual cadeia, mas que por falta de condições, esse programa de assistência ao apenado não é eficazmente aplicado.

Então os acadêmicos de Direito de Maringá, de medicina, de Enfermagem, de Assistência Social, de Psicologia esse pessoal todo vai ter, na penitenciária, um verdadeiro laboratório de aprendizado. A UEM vai passar a ter outro referencial. Além disso o próprio empresariado vai poder valer-se da mão-de-obra do preso. Porque em Londrina, hoje, se faz a terceirização das atividades laborais dentro da penitenciária. Porque com isso o preso ganha um certo pecúlio e tem a sua pena reduzida, porque a Lei de Execuções Penais assim determina. E ele ganha também uma coisa mais importante: que é a profissão, para quando ele sair da penitenciária ele não ter mais razão - se não for um criminoso nato - para voltar à reincidência criminal.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Fico feliz quando vejo este debate no Parlamento. E por uma questão de Justiça, Deputado Tavares, o Governo Jaime Lerner terminou a sua obra. O governador Jaime Lerner - não sei se V.Exa. tem mas eu tenho todo o seu Programa de governo guardado - jamais disse que não iria concluir as obras do Governo Requião. Passou a campanha, o governador Jaime Lerner não é político, não é demagogo, é um homem sério, é um técnico. Digo que ele é técnico, com ele não tem politicalha. E fico feliz de ver o Governador Jaime Lerner concluir a sua obra. A sua obra, não a do Governo Requião! Permita-me isso! Falo de coração. Porque o senhor tem uma bagagem muito grande. E quando V.Exa. estava na pasta da Secretaria da Justiça e tenho testemunho aqui de companheiros de outras gestões, quantas vezes subi na tribuna deste Parlamento e pedi, aqui, a construção da penitenciária do campo.

Pedi a construção de várias penitenciárias no Paraná e V.Exa. ouvia, dava-se a nítida impressão que a nossa voz saía por este concreto e chegava ao seu gabinete. E eu ficava feliz, eu ia para a televisão de boca cheia, sem maldade, sem medo de perder a eleição e dizia: Foi o Tavares que começou a obra! Hoje eu disse no meu programa de televisão: Se Maringá está ganhando este complexo penitenciário profissionalizante, inaugurado pelo meu Governador Jaime Lerner, tem que haver justiça.

Brotou da cabeça do Secretário de Justiça, o eterno Deputado José Tavares.

É uma questão de justiça!

Então está de parabéns V.Exa.. V.Exa. deveria ter ficado e ter continuado a plantar no Paraná as penitenciárias rurais, as profissionalizantes que foi sempre a minha luta como vereador, como Deputado, como homem de televisão e está de parabéns o melhor governo deste país que é o Governo Jaime Lerner por ter concluído a obra que V.Exa. iniciou.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço as palavras do Deputado Alborghetti querido colega e particular amigo e um profundo conhecedor dessa questão de segurança e dessa área prisional do nosso Estado, e que, como eu, lutou muito para que essas coisas torrassem realidade.

O Sr. Joel Coimbra - Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Nobre Deputado José Tavares, tenho gravado com nitidez na memória o clima de entusiasmo que marcou a visita de V.Exa. em Maringá quando foi anunciar a construção daquela penitenciária regional. Tenho gravado também o clima de constrangimento e de tristeza que durante tanto tempo vivemos e V.Exa. também vivenciou este clima, quando queremos implantar um sistema penitenciário mais humano, condizente com uma política penitenciária autêntica, que não fosse demagógica, que não fosse torturante, nós sempre encontrávamos no nosso caminho um argumento para impedir que o nosso sistema penitenciário fosse aprimorado. Sempre encontrávamos um argumento para impedir que as novas penitenciárias fossem construídas.

V.Exa. foi de um espírito de luta brilhante que importa ressaltar. V.Exa. teve uma grandeza admirável e toda a comunidade, não apenas a comunidade de Maringá e região, mas toda aquela comunidade que vivencia o problema penitenciário. Me refiro a comunidade de advogados, a Ordem dos Advogados, o Ministério Público, Promotores e Procuradores de Justiça, a Magistratura, todos reconhecem o empenho de V.Exa. neste trabalho que resultou nos frutos que ora colhemos. E ao enaltecer a grandiosidade, o arrojo também do Governador Jaime Lerner que concluiu este trabalho de grande importância para todos nós paranaenses, nós ressaltamos também a importância do trabalho de V.Exa.. Louvamos o trabalho de V.Exa., cujo nome ficará escrito na história como um homem de coragem, um homem empenhador, um homem que luta e vence.

Portanto, nobre Deputado José Tavares, a nossa homenagem e o nosso reconhecimento



pelo seu trabalho.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado, querido colega Joel Coimbra, homem com quem mantenho uma profunda afinidade profissional e por quem tenho também um profundo respeito em razão das suas posições aqui e fora deste Parlamento.

Para concluir, V.Exa., agradeço V.Exa. pela generosidade, os meus colegas pelos apartes e gostaria apenas de dizer que por coisas da vida, por coincidência do destino, eu e o Deputado Joel Coimbra, estamos vendo nesta semana a aprovação de um projeto oriundo do Poder Judiciário que cria as Varas de Execuções Penais no interior do Estado, uma luta antiga nossa que começou há muitos anos, buscando levar a execução da pena para as Comarcas, para o juiz titular da condenação, não conseguimos, mas finalmente hoje podemos dizer que é mais uma vitória deste Parlamento, que vem representando com responsabilidade a sociedade paranaense, em todas as suas angústias e aspirações.

E Maringá a exemplo de Londrina será a segunda cidade a ter implantada já e agora uma Vara de Execuções Penais porque a Assembleia Legislativa do Paraná constituída de homens sensíveis e responsáveis, assim entendeu ao votar e estará votando nesta semana, porque na C.C.J. a matéria acaba de chegar. Estaremos dando o instrumento eficaz de agilização da justiça penal de descentralização da execução da pena em nosso Estado, melhorando as condições de execução da pena da capital e levando historicamente pela primeira vez a execução da pena que beneficiará exclusivamente pessoas pobres que são as que ocupam as prisões em todo o interior do Estado.

Portanto, mais uma vez temos que comemorar. E gostaria que o Governador Lerner que vem dando demonstração de sensibilidade ao concluir obra atrás de obra, que o nosso governo começou, pudesse também terminar a primeira colônia penal agrícola, Deputado Algaci Túlio, V.Exa. como Líder do governo gostaria que fosse porta-voz deste nosso apelo, a primeira Colônia Penal Agrícola que está paralisada não por obra deste governo, por culpa e falha nossa, no Distrito, ou melhor, no futuro município de Tamarana, porque aí então, Deputado Alborghetti, teríamos também a primeira Colônia Penal Agrícola do interior do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Horário do PSDB.  
PT.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente.  
Subimos à tribuna esta tarde para em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores,

manifestar a nossa solidariedade, o nosso carinho pelos milhares de trabalhadores rurais sem-terra que iniciam em todo o País uma longa caminhada até as principais capitais dos Estados do Brasil.

Num mundo como o que vivemos, em que as coisas parecem de ponta cabeça e que a economia parece que nada tem a ver com a sociedade, em que os números são muitos, a economia cresce, mas o povo e a grande maioria do povo fica cada vez pior, entendemos que os trabalhadores rurais sem-terra, assim como os índios que também lutam pelos seus direitos, são os únicos setores da sociedade que ainda tentam mostrar um caminho alternativo, um caminho novo, um caminho da construção de uma nova sociedade justa e fraterna.

Por isso, viemos aqui hoje manifestar em nome do nosso partido, um gesto de solidariedade aos milhões de trabalhadores sem-terra de todo o Brasil.

Sabemos que desde o último memorial pela reforma agrária, a maior parte das bandeiras dos trabalhadores não foram conquistadas. As promessas do Governo Federal que diziam que em 95 seriam assentadas 40.000 famílias, não foram concretizadas, e apenas 12.000 famílias de trabalhadores sem-terra foram assentadas no Brasil no ano de 95, muito aquém do que se esperava e das próprias promessas do Governo Federal.

Para o ano de 96, apesar de todas as lutas memoráveis que aconteceram de norte a sul do Brasil, o Governo Fernando Henrique colocou à disposição do INCRA o valor de apenas 1,4 bilhões de reais para o orçamento de 96, enquanto esperava a reavaliação um valor de 3,2 bilhões de reais para assentar 60.000 famílias, conforme promessa do próprio Presidente, utilizar uma porcentagem desses recursos para uma política agrícola que beneficiasse o pequeno produtor.

Infelizmente, mais uma vez quem ganha são os grandes grupos econômicos, os grandes bancos como o Banco Econômico, o Banco Nacional na fusão com outros Bancos que gastaram bilhões de reais do orçamento da União, um valor muito maior que o orçamento para a saúde, para a educação no nosso País. Infelizmente mais uma vez são estes setores os vitoriosos que compõem o bloco do poder e os sem-terra ficam mais uma vez marginalizados, e por isso continuam com muita justiça a sua luta.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, outras bandeiras históricas do movimento sem-terra, projetos de lei que foram construídos pelo movimento, por Deputados do Partido dos Trabalhadores e de partidos populares e progressistas e que foi promessa do Senhor Fernando Henrique de agilizar a tramitação destes projetos



de lei no Congresso Nacional, até hoje estes projetos não foram nem sequer votados, como é o caso do projeto que trata da facilitação da emissão de posse pelo INCRA.

Hoje, quando o governo tenta se omitir na posse de uma área em litígio, o fazendeiro dono da área, mesmo que seja grileiro de terra, pode recorrer à justiça e pode ficar 2, 3, 4, 5 e até 10 anos lutando pela sua área, sem que haja reforma agrária.

Se esse projeto for aprovado pelo INCRA, pode se emitir na posse, já no decreto de desapropriação, e se continuar na Justiça a luta pela terra, os trabalhadores rurais já estarão assentados, se o governo perder na Justiça, ele terá que simplesmente pagar o dono da terra, mas a reforma agrária terá acontecido. Esse é um dos projetos de extrema importância que ainda não foram votados pelo Congresso Nacional, apesar de, da boca para fora, o Senhor Fernando Henrique dizer que é favorável ao projeto.

Outro projeto trata também da questão do rito sumário contraditório da Reforma Agrária. O que hoje existe é uma liminar criando a emissão de posse, como aconteceu no terreno do próprio Estado, no passado, na Fazenda Saudade, sem que haja um contraditório, sem que os sem-terra que ocuparam a terra possam colocar sua defesa. Queremos que isso não aconteça. Que haja o contraditório, que não seja dado liminar, sem que antes seja ouvida outra parte, a parte que cabe aos trabalhadores. Infelizmente esse projeto também não foi aprovado, encontra-se em tramitação lenta no Congresso Nacional, apesar das promessas de Fernando Henrique Cardoso.

Mais que isso, a luta dos trabalhadores rurais sem-terra e de parcela importante da sociedade, para os crimes contra trabalhadores e a violência na terra fossem resolvidos. Até hoje, nem a chacina de Corumbiara foi resolvida, e depois dela o Vereador do Partido dos Trabalhadores que serviu de negociador entre os lavradores e o governo, foi assassinado brutalmente à noite, na porta de sua casa, e não se sabe nem quem é o assassino.

Todas essas questões, a busca incessante pela distribuição da terra para e reforma agrária, por uma política agrícola que impeça que milhões de homens continuem saindo da terra todo ano, por falta de uma ação concreta dos Governos Estaduais e Federais, é que levam os trabalhadores rurais sem-terra, os movimentos de bairro, do Paraná todo, de Curitiba, a se organizar e se formar pela reforma agrária, pela reforma urbana e pelo desemprego.

Queremos aqui mais uma vez manifestar nossa solidariedade, e amanhã, entendendo a importância simbólica desse ato, estará

aqui o presidente de honra dos trabalhadores, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, participando de um ato na Boca Malhada, a partir das 17 horas, e convidamos a todos os Deputados para que se façam comparecer. Amanhã, devido ao tempo, continuaremos sobre as questões da reforma agrária.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças, concedemos a palavra a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje, para destacar três fatos importantes que marcaram a Cidade de Curitiba e a Região Metropolitana.

Pela manhã, o Governador Jaime Lerner, Prefeito Rafael Greca de Macedo e autoridades de outros Países abriram no Parque Iguaçu, no Salão de Atos, o 8º Encontro Latino Americano de Transportes Urbanos, onde se discute a qualidade, a eficiência e a importância que é o transporte urbano nas grandes cidades. Encontro este que vai durar até o próximo dia 12, em mesas redondas que vão debater e vão trazer a tona novidades na área de transporte para as grandes cidades, para, as cidades do País e também para as cidades pólos no Estado do Paraná.

Em seguida, no Palácio Iguaçu, tivemos a 1ª Dama do Estado, Fani Lerner, fazendo repasses através do PROVOPAR e da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, para 137 Municípios do Estado do Paraná, em valor aproximado a 500 mil Reais. PROVOPAR que tem feito um trabalho realmente muito grande junto as Prefeituras, independente da cor partidária que pertence o seu Prefeito, mas procurando atender todas as Prefeituras, de uma forma igualitária, recursos que vão beneficiar entidades e programas municipais de assistência social. O repasse possibilitou a compra de equipamentos para Creches, Cursos Profissionalizantes, materiais didáticos, e pedagógicos, entre outros. E servirá também para reforma e ampliação de creches, aquisição de medicamentos e alimentos. Foram beneficiadas entidades assistenciais como Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, PROVOPAR Municipal, Creches, Asilos, Clube de Mães, Programas Municipais de Assistência Social.

Este repasse é o primeiro do ano efetuado pelo PROVOPAR Estadual. A previsão é de que sejam realizados outros cinco repasses neste ano. O PROVOPAR já entregou 13 peruas Kombi, a entidades assistenciais e participou de parcerias com as prefeituras.

ras para compra de outras 20 viaturas.

Em 1995, o PROVOPAR Estadual atendeu a todos os municípios paranaenses com repasses para atendimento as crianças, adolescentes, portadores de deficiências, idosos e famílias carentes, totalizando 4 milhões e quinhentos e quarenta e um mil. Em repasses diretos foram destinados R\$ 1 milhão e duzentos e vinte e quatro mil.

Foram entregues, ainda, 126 peruas Kombi, sendo 61, em regime de parceria e outras 65, zero quilômetro doada; 47 mil cobertores e 359 cadeiras de rodas.

O PROVOPAR Estadual assinou também convênios com entidades que somaram durante o ano passado o total de R\$ 118 mil. Foi um ato muito importante realizado mais uma vez como foram todos os outros e prestigiados pelos Srs. Parlamentares desta Casa, hoje, lá no Palácio Iguazu.

Outro assunto que destaco como de suma importância, especialmente para mim e para os Deputados de Curitiba e do Bloco Metropolitano, foi a integração do transporte coletivo nas cidades da região Metropolitana, meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Uma luta de muitos anos, quando assumimos a Prefeitura de Curitiba ao lado do Prefeito Jaime Lerner. E naquela ocasião já tínhamos essa intenção, mas encontramos, evidentemente, a reação por parte de pessoas contrárias. Recordo aqui que estava como Prefeito em exercício em Curitiba, quando fui implantar a linha do ligeirinho em São José dos Pinhais. Foi uma guerra! O ligeirinho, toda vez que chegava em São José dos Pinhais, era multado pelos fiscais da COMEC, mas resistimos e lá está o ligeirinho. Depois foi em Pinhais, quando fizemos também a implantação do ligeirinho, uma guerra também com o pessoal da COMEC, e lá está o ligeirinho funcionando.

E hoje, é a primeira linha de integração, porque não é só apenas uma linha de ligeirinho de Tamandaré a Curitiba, mas ele integra com outros bairros de Curitiba e integra com o sistema de transporte da capital do Estado. Então, se um trabalhador de Almirante Tamandaré que utilizava de três conduções, gastava uma média de R\$ 1,50 por dia. Para vir ao trabalho vai gastar apenas R\$ 1,10 com o preço de 55 centavos, vai dar R\$ 1,10 de passagem por dia, porque com uma passagem para vir e outra para voltar, ele vai a qualquer lugar de Curitiba nessa integração do transporte coletivo.

Então, foi uma festa bonita hoje, muito comemorada pelo povo de Almirante Tamandaré com a presença do Governador Jaime Lerner, do Prefeito Rafael Greca de Macedo, do Prefeito Arcedíneo Gulín, de autoridades locais. Enfim, a chegada do ligeirinho que era uma promessa e que hoje cumprimos.

As próximas etapas vão atender os Municípios de Araucária, do Deputados e ex-Prefeito Albanor Gomes, depois Colombo, do Deputado Neivo Beraldin, na sequência Pinhais, do Deputado Anibal Khury, depois Campo Largo, onde temos também uma penetração naquela cidade. Então, é a forma que estamos encontrando de levar a integração do transporte coletivo a região metropolitana, tornando a grande Curitiba, a região metropolitana numa situação só com Curitiba.

Não podemos ficar apenas na divisa territorial de Curitiba com o município. É preciso que os avanços que tivemos em Curitiba no início do Governo Jaime Lerner, continuado hoje pelo Prefeito Rafael Greca de Macedo, se estenda agora com o Governador para toda a região metropolitana.

Tenho certeza de que o transporte coletivo e a sua integração, é sem dúvida alguma de fundamental importância. Por isso, faço questão de fazer este registro aqui nesta tarde, porque acho que foram três grandes acontecimentos.

A discussão com relação ao transporte coletivo lá no Parque Barigüi, reunindo Lideranças de várias partes do País. Esse repasse de verbas que faz a primeira Dama, sem querer saber se o Prefeito é do PMDB ou se é do PT, se o Deputado aqui da Assembleia vota com o governo ou não vota, é assim que atende a 1ª Dama, e esse fato da integração do transporte coletivo. Acho que estamos avançando e procurando levar aquilo de bom que implantamos em Curitiba, que tenho certeza vai ser bom também para a Região Metropolitana, a exemplo do que disse o Deputado José Tavares, hoje aqui. Amanhã vai ser um marco histórico para Maringá.

No momento que o Governo Federal tem dificuldades e não constrói penitenciárias, o Estado do Paraná está aí, dando a sua resposta iniciada na sua administração e, evidentemente, concluída agora, e, que vai ser de fundamental importância para Maringá, porque não será apenas mais uma penitenciária, mas será uma grande oportunidade também de desocupar um pouco aqui em Curitiba, a nossa Penitenciária Central, a nossa Colônia Penal Agrícola, a nossa Prisão Provisória de Curitiba e procurar fazer com que a justiça atenda lá, na sua própria comarca, evitando esse passeio suicida de viaturas, que tanto critiquéi várias vezes, independente da questão governamental e continuarei a criticar. Essas caravanas são um suicídio, trazendo presos do interior para serem ouvidos aqui na Capital do Estado. Vamos descentralizar! É a melhor maneira de podermos dar a resposta a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 57/95, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello e outros, que altera a Lei n° 10.981 de 27/12/94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo, conforme específica. COM PARECER CONTRÁRIO C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 057/95.

#### ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório os exames de

visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVELS DA C.S.P. e C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 148/95.

#### ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação dada pelo § 2º, do Art. 12 e acrescentar no mesmo artigo o parágrafo 3º e 4º, e alterar o inciso V do artigo 23, ambos da Lei n° 6774 de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVELS DA C.C.J., C.F., S.P. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 294/95.

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 (dezoito) anos nos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVELS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 523/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a fiscalização referente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. COM PARECERES FAVORÁVELS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 086/96, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que altera o artigo 1º da Lei n° 11.180, que criou o Município de Campina do Simão. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 864 a 874, 876, 878 e 879, de autoria do Senhor

Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 860 e 880 a 884, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 885, 886 e 887, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 890, 891, 893 e 894, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 859, 892, 900, 901 e 907 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 897 e 898, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 902, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n.º 906, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 875, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **A Comissão Executiva, para apreciar.**

Requerimento n.º 877, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 888 e 905, de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 889, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 896, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 899, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 903, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 904, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zarusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 791, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Moção de Apoio subscrita pelo Senhor Deputado Jocelito Canto, com apoioamento dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Marquinhos Alves, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 106/95; e dos Projetos de Lei n.ºs 186, 200, 219/95 e 059/96.

Marco ainda, uma sessão extraordinária, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 001/96.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO WALMOR TRENTINI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1996.

"Ação Empresarial e Trabalhadora - AET"  
Paranavaí-PR, Março de 1996.

Prezado(s) Senhor(es).

Ao cumprimentá-lo(s), temos a satisfação de passar às mãos de Vossa(s) Senhoria(s), para conhecimento, análise e apoio, cópia da moção que a Comissão do Movimento "Ação Empresarial e Trabalhadora - AET", está dirigindo à toda comunidade de Paranavaí, às lideranças locais, do Estado e da União, buscando ação conjunta de todos os segmentos organizados, com a finalidade de fomentar as mudanças conjunturais necessárias ao país.

Queremos destacar a Vossa(s) Senhoria(s) que no Movimento que agora iniciamos em Paranavaí, já se encontram engajadas diversas entidades de classe, profissionais liberais, igrejas, trabalhadores e o povo em geral.

Engrosse conosco esta fileira da civilidade, da seriedade administrativa e da justiça social, propiciando um país melhor, com mais paz, saúde, trabalho, edu-

cação, oferecendo dignidade a nossos compatriotas.

Faça divulgar a moção anexa, dando conhecimento dela às pessoas de suas relações.

Na certeza de podermos contar com a devida atenção e apoio para esta ação conjunta, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos à disposição para maiores informações.

Atenciosamente

(aa) ALEXANDRE FECCHIO

Coordenador

Av. Paraná, 900 - (044) 423-1974

LAURINDO MARTINS FERREIRA FILHO

Secretário

Av. Heitor Furtado, 5230 - (044) 423-3341

AÇÃO EMPRESARIAL E TRABALHADORA - AET  
Movimento pró-recuperação econômica e  
financeira da Empresa e do Trabalho

Os Empresários e os Trabalhadores de Paranaíba-PR, diante das dificuldades originadas com a política econômica e financeira adotada na condução do Plano Real, que trouxe como consequência imediata a redução brusca do crédito bancário, a manutenção de taxas de juros e de serviços incompatíveis com o lucro, a redução das vendas motivadas pelo arrocho salarial e o aumento substancial da inadimplência, o que têm levado as empresas à falência, à concordata e ao fechamento de postos de trabalho, colocando no desemprego e no desespero a grande massa produtiva do país, na ânsia de ver resolvidos o mais breve possível esses problemas conjunturais que agredem a todos indistintamente, congregam-se em Movimento denominado AÇÃO EMPRESARIAL E TRABALHADORA - AET, com a finalidade de trabalhar em conjunto com as autoridades municipais, estaduais e federais, a sociedade de modo geral, as associações de classes e as entidades religiosas e civis, buscando reverter este quadro e promover, através dos canais competentes, com a utilização da mídia falada, escrita e televisionada, a recuperação econômica e financeira da Empresa e do Trabalho do país.

Considerando que o Estado Brasileiro, ao implantar o plano de recuperação econômica denominado Plano Real, o fez adotando medidas de contenção da expansão da moeda, com cortes drásticos nas linhas de créditos que historicamente alimentam a indústria, o comércio e gera empregos.

Considerando que o Estado sempre foi o grande indutor ao débito do empresariado, com seus planos e campanhas de geração de empregos e criação de empresas, o que levou todos ao endividamento.

Considerando que se mantiveram e se

mantém, taxas de juros e de serviços bancários, incompatíveis com os lucros, principalmente os da pequena empresa que não têm acesso a créditos do exterior.

Considerando que se dá a produtos estrangeiros, tratamento fiscal e alfandegário privilegiado e diferenciado aos dos fabricados no país.

Considerando que os agentes financeiros, pela sua condição de credores, têm utilizado de pressão psicológica, antiética, e até imoral sobre os devedores inadimplentes, levando-os ao desespero e até ao suicídio, por terem seus nomes e patrimônio, construídos ao longo da vida com labor insano, serem carregados nas enxurradas do infortúnio;

Considerando que centenas e milhares de postos de trabalho têm sido fechados, o que, além de provocar a redução da produção, joga as famílias inteiras ao desespero, desassossego, incerteza e miséria;

Considerando mais, que o Estado Brasileiro não tem cumprido com sua parte no "aperto da cinta e no corte das gorduras", tão divulgados e propostos com a implantação do Plano, que seriam a contenção de gastos irrelevantes, eliminação de mordomias e privilégios revoltantes, o controle sistemático e sério das instituições públicas, a busca incessante do equilíbrio das contas, eliminando o "déficit" público;

Resolve, expedir esta moção de pedido de apoio, para se obter:

1. A suspensão imediata, por período de 12 (doze) meses, das cobranças e das execuções dos tributos, taxas e contribuições sociais municipais, estaduais e federais.

2. A suspensão imediata, de todas as execuções de dívidas bancárias, de qualquer origem, que estejam em nome de pessoa física ou jurídica, desde que empresário, dando a elas o mesmo tratamento da securitização concedida à agricultura.

3. A injeção, no setor produtivo, de recursos reais e de fácil acesso, sem burocracia, para capital de giro e novos investimentos, a longo prazo e com taxas de juros compatíveis com a realidade, a fim de anunciar a produção, gerar novos empregos e aproveitar a mão-de-obra ociosa existente.

4. O cumprimento do combate dos gastos públicos, das mordomias, privilégios e do equilíbrio do orçamento público.

Empresário e Trabalhador:

A sua participação e solidariedade são de vital importância para as mudanças que se pretende para o país. Engrossem conosco a fileira da civilidade, da seriedade administrativa e da justiça social.

Empresário, envolva sua empresa como um todo, seus funcionários e familiares no



movimento; Trabalhador, alie-se, envie ao seu deputado um telegrama pedindo apoio, fale com seu vereador, com o prefeito de sua cidade; com as autoridades a que tem acesso, com seu vizinho, com seu amigo. Solicite à sua entidade de classe, a participação no Movimento.

Só a comunhão de todos fará com que consigamos vida digna e melhor.

AÇÃO EMPRESARIAL E TRABALHADORA - AET  
Coordenação:

Alexandre Fecchio  
(044) 423.1974

Laurindo Martins Ferreira Filho  
(044) 423.3341.

Endereço para contato:

ACIAP - Rua Perrambuco, 766 - 87.700-000 -  
Paranavaí - Paraná - (044) 422.1696.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Durval Amaral e Albanor Gomes, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Durval Amaral agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
DURVAL AMARAL  
DUILIO GENARI  
FLORISVALDO FIER-  
ALBANOR GOMES  
GERALDO CARTÁRIO  
ÉLIO LINO RUSCH  
MILTINHO PUPPIO

##### COMISSÃO DE TURISMO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e

seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Sérgio Spada e Sâmis da Silva, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Sérgio Spada agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Delora Therezinha de Carvalho, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
IRONDI PUGLIESI  
ANGELO VANHONI  
NELSON TURECK  
SERGIO SPADA  
SÂMIS DA SILVA  
RENY BORSATTO  
GERALDO CARTÁRIO

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Valdir Rossoni e Élio Lino Rusch, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Valdir Rossoni agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Regina Subtil, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
DUILIO GENARI  
CAÍTO QUINTANA

VALDIR ROSSONI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
FLORISVALDO FIER  
ÉLIO LINO RUSCH  
ANTONIO ANNIEELLI

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Luiz Accorsi e Florisvaldo Fier, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Luiz Accorsi agradeceu a especial deferência de seus nobre pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Osmar Prestes, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI  
FLORISVALDO FIER  
CLEITON KIELSE  
BASÍLIO ZANUSSO  
LUIZ ACCORSI  
JOCELITO CANTO

EDUARDO TREVISAN  
LUIZ CARLOS ZUK

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Geraldo Cartário e Edson Silva Lino, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Geraldo Cartário agradeceu a especial deferência de seus nobre pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Sandra Zampier, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK  
GERALDO CARTÁRIO  
DUILIO GENARI  
PÉRICLES MELLO  
DURVAL AMARAL  
RENY BORSATO  
MILTINHO PUPPIO  
EDSON SILVA LINO